

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS,
SOCIAIS E DA NATUREZA - PPGEN**

JOSÉ CARLOS ZIRONDI

**ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO DA CIDADE DE ASSIS-SP:
UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR**

**LONDRINA
2016**

JOSÉ CARLOS ZIRONDI

**ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO DA CIDADE DE ASSIS-SP:
UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino do Programa de Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Jair de Oliveira

**LONDRINA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca UTFPR - Câmpus Londrina

Z81e Zironi, José Carlos

Ensino em empreendedorismo no contexto da cidade de Assis-SP: uma abordagem interdisciplinar / José Carlos Zironi – Londrina: [s.n.], 2016.
109 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Jair de Oliveira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. Londrina, 2016.

Bibliografia: f. 80-83

1. Empreendedorismo – Estudo e Ensino. 2. História – Estudo e Ensino.
I. Oliveira, Jair de, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
III. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. IV. Título.

CDD: 507

TERMO DE LICENCIAMENTO

Esta Dissertação e o seu respectivo Produto Educacional estão licenciados sob uma Licença Creative Commons *atribuição uso não-comercial/compartilhamento sob a mesma licença 4.0 Brasil*. Para ver uma cópia desta licença, visite o endereço <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/> ou envie uma carta para Creative Commons, 171 Second Street, Suite 300, San Francisco, Califórnia 94105, USA.





TERMO DE APROVAÇÃO

ENSINO DE EMPREENDEDORISMO E DA HISTÓRIA DA CIDADE DE ASSIS-SP: EM UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

por

Mestrando

Esta Dissertação foi apresentada em 6 de dezembro de 2016 como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Jair de Oliveira
Prof. Orientador

Profa. Dra. Marilu Martens Oliveira
Membro titular

Prof. Dr. Carlos César Garcia
Membro externo

“A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Programa de Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza”.

À minha família, com gratidão e respeito.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador do mundo, que com seu amor nos deu a vida e o livre arbítrio.

Ao meu orientador, professor Dr. Jair de Oliveira, pela seriedade no trabalho, confiança depositada no projeto apresentado ao programa de mestrado. Pelas ricas orientações e por todo conhecimento compartilhado.

Aos meus pais, que, me criaram transferindo valores que dignificam minha personalidade, contribuindo com a constituição do meu caráter.

À minha amada esposa, que com sua paciência e amor, esteve ao meu lado em toda a trajetória de um sonho e sua realização.

Ao meu filho, que proporcionou para mim um novo e melhor significado de vida, eternizando o sentimento de amor.

A todo o corpo docente do PPGEN – Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza, em especial, Profa. Dra. Marilu Martens Oliveira, Prof. Dr. David da Silva Pereira, Profa. Dra. Mariana A. Bologna Soares de Andrade, Prof. Dr. Alcides Goya e Prof. Dr. Daniel Guerrini.

Aos meus colegas de estudos, pela parceria em projetos, por dias de alegrias, por divisões de angústias e realizações, e por amizades que irão além da distância.

Ao diretor do colégio Etec Pedro D'Arcádia Neto – Assis/SP, Daniel Paulo Ferreira, que contribuiu para o desenvolvimento e consolidação do estudo e projeto.

À professora coordenadora Elizabeth Sasso que me auxiliou na aplicação do Produto Educacional.

A todas as pessoas que, de alguma maneira, auxiliaram na composição da versão do Produto Educacional com a leitura e contribuições.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

(Arthur Schopenhauer)

ZIRONDI, José Carlos. **Ensino de Empreendedorismo no contexto da cidade de Assis-SP: uma abordagem interdisciplinar**. 2016. 109 p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2016.

RESUMO

No processo de ensino e aprendizagem, a maioria dos estudantes do Ensino Médio apresenta extrema dificuldade quanto à decisão de sua trajetória profissional após o término de sua formação escolar. Raramente os docentes procuram desenvolver nos estudantes uma desmistificação de um caminho único da prestação de serviços ou formação acadêmica. Diante disso, foi desenvolvido um livro infantojuvenil que objetiva auxiliar a compreensão da cultura empreendedora, gerando nos estudantes a significância da possibilidade de realização de sonhos aliados ao conhecimento (DOLABELA, 2003). Esta dissertação apresenta a criação, a avaliação e a aplicação de uma ferramenta de apoio educacional (livro paradidático), para a disciplina de História no Ensino Médio. São, portanto objetivos específicos da pesquisa: identificar a ausência de material paradidático para o ensino da história local; propor para a comunidade escolar a inserção de um livro paradidático (romance infantojuvenil) para contribuir utilizando o processo de ensino e aprendizagem de História com o viés interdisciplinar; introduzir conceitos de Empreendedorismo ao ensinar História no Ensino Médio; apresentar à comunidade escolar um livro paradidático que possa ser adaptado para outras áreas. Os estudos bibliográficos contemplados nesta pesquisa partem do processo de cultura educacional (BOURDIEU, 1966; DEMO, 2009; GADOTTI, 2012; LIBÂNEO, 2011; MIZUKAMI et al., 2010; MORAES, 1997; PARO, 2000), história local (BARRERO, 2008; CAMPANHOLE, 1985; DANTAS, 1980) e empreendedorismo (DOLABELA, 2003; DORNELAS, 2005; FILION, 1999). Para a coleta de dados, foram utilizados questionários abertos e fechados com um empresário de empresa de pequeno porte, um consultor de empresas, professores da disciplina de História e alunos da primeira série do Ensino Médio que estudam em uma escola pública no sudoeste de São Paulo. Os resultados obtidos por meio da pesquisa demonstraram a necessidade de um Produto Educacional que contemplasse a aprendizagem da disciplina de História, em seu conteúdo de história local, e do conceito da cultura empreendedora.

Palavras-chave: Ensino de História. Empreendedorismo. Produto Educacional. Material Paradidático.

ZIRONDI, José Carlos. **Entrepreneurship Education in the context of the city of Assis-SP: an interdisciplinary approach**. 2016. 109 p. Dissertation (Master in Teaching of Humanities, Social and Nature) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2016.

ABSTRACT

In the process of teaching and learning, the majority of high school students present extreme difficulty regarding the decision of their professional trajectory after the end of their school education. Rarely do teachers seek to develop in students a demystification of a single path of service delivery or academic training. Therefore, a children's book was developed that aims to help the understanding of the entrepreneurial culture, generating in the students the significance of the possibility of realizing dreams allied to knowledge (DOLABELA, 2003). This dissertation presents the creation, evaluation and application of an educational support tool (paradidactic book), for the discipline of History in High School. They are, therefore, specific objectives of the research: to identify the absence of paradidactic material for the teaching of the local history; Propose to the school community the insertion of a paradidactic book (novel for children and adolescents) to contribute using the process of teaching and learning History with interdisciplinary bias; Introduce concepts of Entrepreneurship when teaching History in High School; Present a school book that can be adapted to other areas. The bibliographical studies contemplated in this research depart from the process of educational culture (BOURDIEU, 1966, DEMO, 2009, GADOTTI, 2012, LIBANE, 2011, MIZUKAMI et al. (DANIEL, 2003), and entrepreneurship (DOLABELA, 2003; DORNELAS, 2005; FILION, 1999). For data collection, open and closed questionnaires were used with a small business entrepreneur, a business consultant, history teachers, and high school students studying at a public school in southwest São Paulo . The results obtained through the research demonstrated the need for an Educational Product that contemplated the learning of History, its content of local history, and the concept of entrepreneurial culture.

Keywords: History teaching. Entrepreneurshi. Educational Product. Paradidactic material.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Dados descritivos dos estudantes	67
Gráfico 2 - Dados descritivos das famílias	68
Gráfico 3 - Descrição dos sonhos dos estudantes	69
Gráfico 4 - Dados preliminares dos conceitos empreendedores	70
Gráfico 5 - Dados posteriores dos conceitos empreendedores	73
Quadro 1 - Cronograma das etapas de avaliação do Produto Educacional	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.A.A.	Associação Atlética Assisense
A.A.F.	Associação Atlética Ferroviária
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BZA	Batalhão da Zona de Assis
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EEPSG	Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau
EFS	Estrada de Ferro Sorocabana
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IES	Instituição de Ensino Superior
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBA	<i>Master of Business Administration</i>
PE	Produto Educacional
PPGEN	Programa de Pós-Graduação em Ensino
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE ACRÔNIMOS

CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEBRAE	Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
Etec	Escola Técnica Estadual
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FAFIA	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis
FAPI	Faculdade de Pinhais
FEMA	Fundação Educacional de Assis
FEPASA	Ferrovias Paulista S.A.
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IEDA	Instituto Educacional de Assis
IMESA	Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
MASP	Museu de Arte de São Paulo

MEC	Ministério da Educação e Cultura
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Softex	Sociedade Brasileira para Exportação de Software
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIESP	União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo
UNIP	Universidade Paulista
VOCEM	Vila Operária Clube Esporte Mariano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Relevância do problema	15
1.2	Objetivos da pesquisa	16
1.2.1	Geral	16
1.2.2	Específicos	16
1.3	Organização do trabalho	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	O ensino e suas características – passado e presente	18
2.1.1	Conceituação de cultura, vantagens e desvantagens cognitivas	20
2.1.2	A instituição escolar e seu papel	22
2.1.3	Profissionais da educação	25
2.1.4	Atitudes e valores para a superação de paradigmas	28
2.2	O ensino de História e suas contribuições	29
2.2.1	História e trabalho	31
2.2.2	História, patrimônio e memória	32
2.2.3	História local: Assis-SP	33
2.3	Empreendedorismo	40
2.3.1	Empreendedor	40
2.3.2	Perspectiva Histórica do Empreendedorismo	41
2.3.2.1	Perspectiva histórica do empreendedorismo – Brasil	42
2.3.3	O ensino de empreendedorismo	44
2.3.3.1	Quem ensina, o que se ensina e onde se ensina empreendedorismo	45
2.3.4	Empreendedorismo por necessidade	48
2.3.5	Empreendedorismo por oportunidade	48
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
3.1	Métodos e técnicas de coleta e análise dos dados	51
3.2	Elaboração do Produto Educacional	54
3.2.1	Etapas para elaboração do produto educacional	56
3.2.1.1	Etapa 1: minuta do produto educacional	56

3.2.1.2	Etapa 2: avaliação dos aspectos históricos	58
3.2.1.3	Etapa 3: avaliação dos aspectos empresariais e empreendedores	58
3.2.1.4	Etapa 4: aplicação do produto educacional	59
3.2.1.5	Etapa 5: nova versão do produto educacional	60
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	61
4.1	Análises dos dados do proprietário de empresa de pequeno porte, do consultor, dos docentes e dos estudantes	61
4.1.1	Análise dos Dados do Proprietário de Empresa de Pequeno Porte	61
4.1.2	Análise dos dados do consultor de empresas	63
4.1.3	Análise dos dados dos docentes de História	64
4.1.4	Análise dos dados dos estudantes	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
5.1	Sugestões para trabalhos futuros	79
	REFERÊNCIAS	80
	APÊNDICE A - Questionário Geral	84
	APÊNDICE B - Questionário dos Professores	87
	APÊNDICE C - Questionário dos Alunos: 1	90
	APÊNDICE D - Questionário dos Alunos: 2	93
	APÊNDICE E - Quadro de Respostas: 1	95
	APÊNDICE F - Quadro de Respostas: 2	103
	APÊNDICE G - Apresentação	107
	APÊNDICE H - Produto Educacional	109

1 INTRODUÇÃO

Ao observarmos a história de nossas vidas, verificamos que possuímos uma rotina que tem por objetivo organizar nosso tempo e determinar nossas atividades e conquistas. Para os estudantes, a escola, desde muito cedo, em suas vidas, apresenta-se como um espaço de aprendizado, socialização e orientação.

Na Antiguidade, os valores e o conhecimento eram transferidos de forma direta aos filhos, pelos pais, e a educação estava vinculada muito ao físico e às estratégias de combate, sendo também determinadas ações específicas para meninos e para meninas. Os primeiros professores ou mestres surgem nesse período, com a missão de transmitir conhecimentos específicos a quem pudesse pagar por seus saberes, caracterizando privilégio de uma parcela muito pequena da população.

Na Idade Média, com a ascensão da religião cristã e a ruralização caracterizada pelos feudos europeus, o ensino se mostrou ainda mais restrito, pois seu acesso era muito limitado não somente em virtude do poder econômico, como também do enclausuramento de obras essenciais em mosteiros.

O Renascimento traz para os centros urbanos a necessidade de formar pessoas para a administração das cidades e das atividades econômicas. Isso levou as instituições de ensino, que ainda estavam diretamente ligadas à igreja, a abrirem suas portas para um novo público que não somente o clérigo.

Na Idade Moderna, iniciam-se questionamentos quanto às escolas: Como deveriam funcionar? A quem elas deveriam servir? Assim, a organização dos currículos, divisão de matérias e o acesso restrito foram algumas decisões adotadas. Dessa forma, com o advento da razão predominando sobre a religião, impulsionada pelo movimento iluminista e ideais de igualdade e liberdade, a escola começa a ter uma importância institucional no âmbito da expansão do saber para diferentes parcelas da sociedade.

Superando o eurocentrismo, então países, como o Brasil, que ainda são marcados pela colonização veem com grande dificuldade o processo de escolarização, surgindo um perfil de representação do medo em capacitar culturalmente seu povo.

Atualmente, o crescimento inimaginável dos meios de comunicação, paralelamente à tecnologia, desafia a todos repensar com muita seriedade o

verdadeiro papel das instituições escolares. A escola pertencente a esse século mais do que transmissora, deve auxiliar os estudantes a adquirir conhecimento para tornarem-se seres autônomos, capazes de criticar e organizar suas atitudes para um bem social e econômico.

Nessa perspectiva, o Ensino Médio – caracterizado como a etapa final da educação básica do estudante, conforme descrito no artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – é de fundamental importância na geração de uma educação de caráter geral, dialogando com a contemporaneidade. Nessa nova perspectiva, a referida Lei, em seu artigo primeiro, parágrafo segundo, estabelece que o Ensino Médio “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996).

No entanto, os conteúdos desenvolvidos nesse importante período da educação dos jovens estudantes, muitas vezes se referem a reafirmações de conteúdos trabalhados anteriormente no Ensino Fundamental. Isso demonstra que a preparação e a orientação pelas quais a escola está responsabilizada de conceder ao estudante baseada em uma integração ao mundo do trabalho, referem-se a uma baixa preparação aos enfrentamentos que, por ora este irá confrontar-se.

Diante da atual necessidade com a qual nos deparamos, é imprescindível a inserção de conteúdos que promovam atitudes de ousadia, de proatividade, de reflexão crítica, que permitam que os estudantes busquem um crescimento autônomo e, ao mesmo tempo, um desenvolvimento social com atividades inovadoras. Tudo isso é de grande valia não somente para os estudantes, como para toda sociedade.

Desse modo, o empreendedorismo vem suprir uma carência que os currículos não oferecem, o empreendedorismo implicará no desenvolvimento de habilidades e competências para que os estudantes tenham conhecimentos para investigar e solucionar, de maneiras inovadoras, problemas que necessitem de uma intervenção.

Esperamos que o Produto Educacional (PE) – romance infantojuvenil – seja de grande ajuda no trabalho interdisciplinar dos professores de História, tanto quanto docentes de outras disciplinas, auxiliando na inserção da prática da leitura, na introdução de conteúdos que valorizem a história local, nacional e mundial, bem como, no conteúdo introdutório de empreendedorismo.

Em relação aos estudantes, desejamos que eles se identifiquem com a obra e compreendam as possibilidades de crescimento educacional de que dispõem, bem

como que, por meio de uma capacitação educacional e do conhecimento do empreendedorismo desenvolverão atitudes inovadoras para viabilizar ações econômicas e sociais, promovendo um nível gradual de sustentabilidade e realização profissional.

1.1 Relevância do problema

No processo de ensino e aprendizagem, muitos professores acabam tendo dificuldades em diversificarem suas aulas, não atendendo à nova realidade de um mundo globalizado que sugere, de certa forma, mudanças no modelo tradicional de ensino adotado em nossas instituições escolares.

Com base nas propostas contidas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), verificamos que uma das alternativas para atender às demandas da nossa sociedade é a inserção de uma abordagem educacional pautada na interdisciplinaridade, visto que “[...] integra uma série de conhecimentos de diferentes disciplinas, que contribuem para a construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade em que vivem os alunos [...]” (BRASIL, 1997, p. 44). Assim, o trabalho interdisciplinar se constitui de uma prática docente, na qual diferentes disciplinas, com múltiplos conhecimentos e competências tanto gerais como individuais, contribuam para uma construção de conhecimentos por parte do estudante para que ele desenvolva de maneira plena a sua autonomia intelectual (FAZENDA, 1991).

Por uma capacidade de eficiência pedagógica, por utilizarem aspectos lúdicos, percebemos que a adoção de livros paradidáticos tem seu uso direcionado, sobretudo às disciplinas como Língua Portuguesa e Literatura, levando os estudantes a ter a sensação subliminar de que a Literatura é algo específico de determinadas disciplinas.

No entanto, devemos, como educadores, atentarmos para o desenvolvimento em nossos estudantes, de uma competência leitora que, representada pela língua materna, possibilite a compreensão das formas sociais que compõem o mundo, transformando isso em conhecimento (MENEZES; SANTOS, 2001).

É com esse raciocínio e com a experiência do pesquisador (conforme Apêndice G), na docência, que problematizamos: Como ensinar a cultura empreendedora de maneira interdisciplinar na disciplina de História?

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Geral

O presente trabalho tem como objetivo criar e avaliar a aplicação de uma ferramenta de apoio (livro infantojuvenil) no ensino de História a alunos da primeira série do Ensino Médio com a inserção introdutória do conteúdo de empreendedorismo.

1.2.2 Específicos

- Identificar a ausência de material paradidático para o ensino da história local;
- propor para a comunidade escolar a inserção de um livro paradidático (romance infantojuvenil) buscando contribuir com o processo de ensino e aprendizagem de História pelo viés interdisciplinar;
- introduzir conceitos de Empreendedorismo no ensino de História, para o Ensino Médio;
- apresentar à comunidade escolar um livro paradidático que possa ser adaptado para outras áreas.

1.3 Organização do trabalho e metodologia

Neste capítulo, apresentamos a introdução, o problema de pesquisa, a relevância do problema, os objetivos gerais e os específicos e a organização do trabalho.

No capítulo 2 do trabalho, desenvolve-se o estudo teórico quanto às características do ensino, à concepção de cultura, ao papel da escola, à profissão docente, às atitudes e valores para uma mudança de concepção, ao ensino de História e à perspectiva de Empreendedorismo.

O capítulo 3 retrata a elaboração do produto educacional com os métodos e técnicas empregadas e as etapas da pesquisa.

O capítulo 4 traz os resultados e discussões, a avaliação do produto educacional, a análise dos dados de pesquisa com alunos, professores, empresário de pequeno porte e consultor, bem como as discussões e resultados.

O capítulo 5 apresenta as conclusões e sugestões para trabalhos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Analisaremos, neste capítulo, a influência que o poder econômico exerce na educação, bem como a herança cultural por ele possibilitada. Pontuaremos, o papel da escola perante uma sociedade em transformação, o papel do professor no contexto educacional, sua formação e adoção de atitudes e valores para uma transformação social.

2.1 O ensino e suas características – passado e presente

Com base nas concepções do filósofo (por formação), antropólogo e sociólogo (por ofício), o francês Pierre Bourdieu (1930-2002), que desenvolveu conceitos e categorias essenciais para entender a sociedade e contribuir com a educação faremos a analogia entre a educação francesa do século XX e a brasileira do século XXI.

Estando diante da educação francesa, em meados do século XX, Bourdieu (1966) analisou o quanto a escola se configura como uma instituição conservadora no âmbito social, privilegiando os estudantes da camada superior por possuírem uma herança cultural maior, dando-lhes condições de almejar à continuidade dos estudos para obtenção de posições e atribuições superiores e, conseqüentemente, eliminando os candidatos de classes desfavorecidas.

Para o autor supracitado, uma análise numérica revela com clareza a superioridade de possibilidades de um jovem, da camada privilegiada, ingressar no Ensino Superior em relação aos jovens filhos de assalariados agrícolas ou operários. Destaca, ainda, a importância e a influência do capital cultural de um estudante no convívio escolar e social. Nesse contexto, capital cultural corresponde aos valores implícitos que estão, segundo ele, diretamente ligados ao nível social e econômico, e que fomentariam o êxito escolar (BOURDIEU, 1966).

O não acesso ou a demora ao acesso cultural é fator determinante, em relação às classes sociais menos favorecidas para que uma não emancipação ou mobilidade social ocorra, visto que a possibilidade quanto à demanda familiar auxiliar na aquisição cultural é quase nula. Isso promove cada vez mais, a separação de indivíduos que aparentemente são iguais, mas que, no entanto, o êxito social diferencia (BOURDIEU, 1966).

Também a mobilidade descendente associada ao nível social, para o estudioso francês, seria outro fator determinante quanto à herança cultural. O nível social não somente dos pais, mas dos avós, bem como a presença no círculo familiar de um indivíduo possuidor de curso superior completo ou em curso, seria de grande influência nas escolhas que promoveriam esse êxito escolar.

Ainda como característico das classes sociais privilegiadas, conforme salienta Bourdieu (1966, p. 45), está o “bom-gosto”, ou simplesmente saber como apreciar a cultura e como comportar-se em ambientes requintados que exigem uma instrução específica. Esse tipo de herança cultural somente é obtido por meio da vivência em ambientes que, ainda são restritos, quanto à classe social, e que raramente a escola disponibiliza as classes inferiores frequentar e orientar quanto aos princípios culturais e habituais exigidos nestes locais. Logo, a escola contribui para a conservação do privilégio cultural à classe favorecida economicamente (BOURDIEU, 1966).

O sistema escolar francês, da década de 1960, irá reproduzir e reforçar as desigualdades sociais, pois os estudantes tendem a ser julgados pela quantidade e qualidade do conhecimento que trazem de casa. Logo, as práticas educacionais acabam por colocar e nivelar o ensino em um patamar superior de conhecimento, não atentando para os desprivilegiados de meios de aquisição cultural extraescolar, onde se consagra uma ideologia do “dom”, que seria o sentimento explícito no convívio escolar dos estudantes das classes sociais inferiores em relação aos estudantes da classe social econômica superior. Dessa forma, a cultura acumulada por eles só é possível a eles, ou seja, a escola proporciona um não acesso à cultura e ainda privilegia a cultura adquirida por poucos.

Essa estrutura utilizada pelo sistema escolar acaba por contribuir para a eliminação dos estudantes das classes desfavorecidas quanto à expectativa de ascensão social e educacional, instaurando neles o sentimento de não merecimento e a certeza de que a ascensão econômica, bem como o ensino superior, não condiz com sua classe social.

Gadotti (2012) demonstra a mesma preocupação em relação à estrutura escolar analisada por Bourdieu, quando verifica o conceito de evasão escolar como uma garantia de continuidade para a classe dominante, visto que a partir dessa evasão se garante o monopólio da educação para a referida classe em relação à classe inferior, transformando a escola em “divisionista, reprodutora e conspiradora” (GADOTTI, 2012, p. 64). Ora visto, quando um estudante consegue um esforço

excepcional driblando esse destino consolidado do sistema escolar, legitima-se a escola no sentido de libertadora (BOURDIEU, 1966).

Diante do exposto, é possível verificar que a escola é uma instituição conservadora, quando dos estudantes exige conhecimento ao invés de auxiliar na aquisição desses. Fazendo isso, aqueles que possuem uma herança cultural responderão a essas exigências; quanto aos desprivilegiados sociais, iludidos por uma política educacional igualitária, nunca sequer possuirão as mínimas exigências escolares (BOURDIEU, 1966).

Assim, para o pesquisador francês, a escola deveria exercer sua função no desenvolvimento social, não fazendo distinção, mas promovendo a aptidão para as práticas culturais, retirando das classes sociais mais favorecidas o monopólio aos bens culturais.

Nessa perspectiva, é possível verificar a mesma situação no sistema educacional brasileiro, na atualidade. Dessa maneira, o processo de produção capitalista, ao mesmo tempo que proporcionou enormes benefícios no âmbito científico e tecnológico, também é um grande gerador da ampliação da exclusão social, porque promove a poucos uma ampliação de vantagens e, para a grande maioria da população, o aumento de desvantagens. Em face dessa realidade, vemos a necessidade de uma reavaliação contínua da relação entre a sociedade e a escola.

Segundo Gadotti (2012, p. 67), sua perspectiva sobre a produção capitalista se retrata também em uma desqualificação das classes sociais menos favorecidas que não “[...] dispõem de tempo livre para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades [...]”, visto que se dedicam muito mais ao trabalho que irá promover não somente o lucro material como também o lucro intelectual ao empregador, que, por sua vez, disponibilizará de tempo em virtude da exploração da mão de obra.

2.1.1 Conceituação de cultura, vantagens e desvantagens cognitivas

O processo de obtenção de cultura ocorre por meio de constante contato com as mais diversas possibilidades de informações e conhecimentos. Para tanto, como mencionamos anteriormente, isso só se torna possível quando se possui condições econômicas ou quando há subsídio da escola no proporcionamento desse benefício social.

Podemos entender como cultura, segundo o antropólogo britânico Edward Burnett Tylor, (1871, p. 1) “[...] todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer outras faculdades, aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade [...]”.

A condição de estudante, que, não possuidor de uma cultura básica, condiciona-o a ser tachado como uma pessoa de capacidade cognitiva inferior, é revelada mediante as exigências que a sociedade impõe para a obtenção de melhores condições sociais e econômicas. Logo, para contrapor essa realidade, a instituição escolar, mais uma vez, se revela como o órgão responsável para sanar esse privilégio burguês. “[...] Para isso, cabe-lhe prover a formação cultural básica, assentada no desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas [...]” (LIBÂNEO, 2011, p. 28).

Com a realização dessa tarefa pela instituição, ela atenderia à necessidade atual da sociedade na qual a diversidade cultural está presente em todas as esferas sociais e econômicas e, ao mesmo tempo, promoveria a possibilidade de redução diante das desigualdades e oportunidades claramente destacadas entre privilegiados e desprivilegiados economicamente (LIBÂNEO, 2011).

Sendo a maior preocupação da instituição escolar a obtenção de resultados por meio da análise cognitiva, os estudantes são rotineiramente forçados a realizar atividades para memorização de conteúdos e avaliações no âmbito quantitativo, sem a sensibilização quanto aos reais motivos para a verificação de um déficit que, muitas vezes, é entendido como ausência de inteligência, o que proporciona o desinteresse por parte desse estudante e, ainda, provoca ações de indisciplina e brutalidade (LIBÂNEO, 2011).

Para reverter essa situação de apenas analisar os resultados cognitivos, faz-se necessário obter uma concepção de valorização das diversas culturas perante todas as classes sociais, visto que não podemos qualificar determinada cultura como superior a outra. Devemos, pois, valorizar e, dentro das possibilidades educacionais, conceber o entendimento das experiências vividas e transformá-las em um ponto de partida para que a compreensão cognitiva seja ampla e favorável.

Assim, deve-se dar a devida importância ao conhecimento prévio do estudante, para maior valorização da cultura, adequando-se às novas exigências e ao sistema educacional (MIZUKAMI et al., 2010).

Em face da intenção de reversão de concepção cultural entre superior e inferior, a aquisição cultural é fator determinante para uma emancipação do homem, especialmente das pessoas que possuem baixa estima, em virtude de possuírem implicitamente o sentimento de não merecimento dessa cultura, por razões diversas, entre elas, de ser subjugadas por sua classe social que a determina como uma mão de obra desqualificada ou somente apropriada para trabalhos que não exigem uma capacidade intelectual maior.

A esse respeito, Gadotti (2012, p. 65) argumenta que “[...] A formação cultural do proletariado só será completa numa sociedade em que for abolida a divisão social do trabalho, que divide os que “fazem” dos que “pensam”, porque essa divisão o embrutece espiritualmente [...]”.

Nessa mesma perspectiva de determinismo social, ou seja, sempre os mais abastados terão as melhores condições de estudos em vista do posicionamento das instituições escolares, bem como os melhores acessos a níveis universitários e ainda os melhores ofícios e remunerações, considerando como fator primordial a cultura acumulada e privilegiada.

Como consequência, os menos abastados devem contentar-se com as migalhas de uma orientação pobre e com um determinismo social implícito de forma negativa, e só conseguirão reverter essa situação por meio de uma “[...] emancipação política [...]” (GADOTTI, 2012, p. 67) e pela “[...] união do trabalho produtivo com o ensino intelectual [...]” (GADOTTI, 2012, p. 68).

Por conseguinte, a cultura, que confere identidade aos grupos sociais, não deve ser considerada como um produto puro e estável. As culturas são híbridas e resultam de trocas e de relações entre os grupos humanos, podendo, assim, impor padrões uns sobre os outros, bem como receber influências, construindo processos de apropriações de significados e de práticas com elementos de acomodação e resistência.

2.1.2 A instituição escolar e seu papel

Sendo a escola uma instituição extremamente importante para a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária, mas não sendo ela capaz dessa realização de maneira solitária, é preciso que a sociedade compreenda esse importante papel e auxilie na promoção da construção de um paradigma. Dessa

forma, como afirma Moraes (1997, p. 31), paradigma “[...] é uma construção que põe fim às controvérsias existentes na área a respeito de determinados fundamentos [...]”, e Moraes (1997, p. 32), ainda reforça seu conceito sobre paradigma ressaltando que “[...] um paradigma privilegia algumas relações em detrimento de outras, o que faz com que ele controle a lógica do discurso [...]”, no qual todas as esferas sociais são responsáveis.

A partir desta análise, que ressalta a importância de todos dentro da construção de uma sociedade, alguns autores expõem suas concepções sobre o papel da escola.

Assim, para Libâneo (2011), a descrição de escola não se restringe a um local intitulado para muitos como “depósito de pessoas”. Para ele a escola é muito mais que isso:

[...] A escola é o lugar de ensino e difusão do conhecimento, é instrumento para o acesso das camadas populares ao saber elaborado; é, simultaneamente, meio educativo de socialização do aluno no mundo social adulto. O ensino como mediação técnica, deve dar a todos uma formação cultural e científica de alto nível; a socialização como mediação sociopolítica, deve cuidar da formação da personalidade social em face de uma nova cultura [...] (LIBÂNEO, 2011, p. 75).

À vista do exposto, é possível verificarmos que a importância institucional é de grande responsabilidade, pois: “Dizer que a escola educa é tão banal como dizer que o aluno vai à escola para aprender” (LIBÂNEO, 2011, p. 45). A partir do momento que a escola se constitui como um agente formador, e não meramente transmissor de informações, terá também um novo significado perante uma sociedade tão carente de órgãos responsáveis e que cumpram suas responsabilidades, não transferindo esse encargo a instituições particulares (LIBÂNEO, 2011).

Nesta perspectiva de transferência de responsabilidade, o ensino particular surge com um conceito oportunista, com interesses lucrativos, nesta supressão da falta de qualidade educacional. Segundo Demo (2009, p. 121): “As pessoas, como cidadãos, têm direito de optar por uma escola particular, de qualidade, até porque é constitucional, mas não se trata de opção propriamente. Trata-se especificamente de privilégio”, mistificando que, somente quem possui condições econômicas poderá possuir um ensino de qualidade. Como afirma Demo (2009, p. 120), “as melhores

escolas básicas são particulares, disputadas fortemente pela população, embora seja absoluto privilégio dos mais ricos”.

No entanto, não devemos criticar o ensino particular em vista de seu papel de instituição que ensina e cobra, muito menos condenar as pessoas que possuem recursos financeiros que podem promover a compra dessa educação. A necessidade real da sociedade que prima por uma educação de qualidade, com vista à realização de uma modificação social para a promoção da superação das desigualdades sociais, exige investimento na escola pública para que ocorra, naturalmente, um recuo do ensino privado e este se torne apenas uma opção para quem pode financiar os estudos (DEMO, 2009).

Nesse mesmo raciocínio, a ampliação de oferta de escola pública de qualidade, sobretudo para as pessoas que possuem uma vida econômica ativa, cujos rendimentos são suficientes para suprir tão somente suas necessidades de sobrevivência, auxiliará não somente na construção de um capital cultural, como no desenvolvimento social e econômico (DEMO, 2009).

As atuais concepções em relação ao acesso e à democratização do ensino (DEMO, 2009; MIZUKAMI et al., 2010) ressaltam que a escola pública atingiu um caráter de pluralidade. Quando viramos nossos olhares para o passado, verificamos que a escola pública possuía qualidade no ensino e era privilégio de poucos, principalmente de estudantes que moravam nas regiões centrais das cidades e de famílias dotadas de recursos financeiros que permitiam sua frequência.

Portanto, quando afirmamos que a escola atingiu um caráter de pluralidade significa que esta instituição, atualmente, recebe uma demanda estudantil das mais variadas classes sociais, a qual requer um novo olhar educativo, em face de suas necessidades, para que possa exercer as atividades que a legitimem (MIZUKAMI et al., 2010).

Assim, a partir do momento que a escola se tornou uma instituição que mudou seu foco de atendimento em relação à classe social, não poderia modificar a qualidade desse atendimento. No entanto, deparamo-nos com um descaso ou um estigma de que escola pública é reflexo da má qualidade educacional, sinalizando que a qualidade dessa educação se reduziu em virtude da mudança de público, o que caracteriza, também, um preconceito social (DEMO, 2009).

Nessa mesma definição, a postura da escola não pode se alterar em razão de seu público, pois seu papel fundamental de instituição educadora e dos

profissionais que ali laboram deve prevalecer sobre significados e repúdios por causa de sua clientela. É obrigação da escola prezar sempre pela qualidade de seu trabalho, ofertado a quem quer que necessite (DEMO, 2009).

Por mais que a escola seja afetada nas suas funções, na sua estrutura organizacional, nos seus conteúdos e métodos, ela se mantém como instituição necessária à democratização da sociedade. A instituição escolar que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e cidadã, visando formar cidadãos participantes em todas as instâncias da vida contemporânea. Ela tem o compromisso de ajudar os estudantes a se tornarem sujeitos pensantes, capazes de construir elementos de compreensão e apropriação da realidade. E o professor é um grande articulador dessa realização.

2.1.3 Profissionais da educação

A definição da nomenclatura “Profissionais da Educação” encontra-se no artigo 61, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “[...] consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos [...]” (BRASIL, 1996).

Com base nesta definição, devemos nos conscientizar de que os profissionais da educação não são apenas os professores, mas todos que na escola se encontram. Aos docentes, atribui-se, em virtude de sua especificidade de formação, obrigações educativas em diferentes disciplinas.

Sendo alvo de intensas reflexões, a formação docente se depara com as exigências para o atendimento a diferentes determinações pedagógicas, nas quais este profissional se faz necessário. Tais reflexões iniciam-se a partir da instituição escolar como responsável em “[...] organizar-se com vistas a objetivos transformadores [...]” (PARO, 2000, p. 12).

No entanto, toda e qualquer discussão sobre a formação docente não pode ocorrer em separado à instituição escolar, bem como da universidade. Saviani (2009, p. 151), sobre a “indissociabilidade”, discorre que, para o processo de formação do professor como parte integradora de um conjunto de ações de diversas partes para a construção de um profissionalismo que possua habilidades condizentes às necessidades atuais.

Nesse sentido, o profissional intitulado professor, exerce um papel muito importante no processo educacional e dele se exige uma grande responsabilidade e compromisso com seu dever, além de características peculiares quanto ao seu profissionalismo e à formação. A escola atual exige desse profissional não somente o saber de sua disciplina, pois, em virtude da complexidade que é a instituição escolar e o exercício docente, se faz necessária uma renovação de perfil (MIZUKAMI et al., 2010).

Assim, como em qualquer atividade profissional atual, a adequação quanto ao exercício laboral docente necessita que novas atribuições sejam englobadas em caráter específico, para que este profissional possa, em sua rotina de trabalho, ter não somente maior êxito, como também adequar-se às recentes necessidades exigidas pelo seu novo público. Para tanto, a escola atual:

[...] requer dele aprofundar-se nas técnicas de comunicação, tais como formas mais eficientes de expor e explicar conceitos e de organizar a informação, de mostrar objetivos ou demonstrar processos, bem como domínio da linguagem informal, postura corporal, controle de voz, conhecimento e uso de meios de comunicação na sala de aula [...] (LIBÂNEO, 2011, p. 40).

Antigas são as atribuições e novas são as exigências diante da necessidade educacional. Inúmeros requisitos foram acrescentados para a construção do profissional: reciclagem, capacitação, formação continuada, entre outros, que por fim revelam a necessidade da motivação profissional: estar disposto a aprender, ensinando.

Para tanto, o docente deve abrir mão de certa comodidade em ensinar sempre as mesmas coisas e promover, juntamente com seus estudantes e colegas de trabalho, uma interdisciplinaridade que aborde, além de disciplinas, conceitos, atitudes e valores.

Também o conceito de interdisciplinaridade é fator primordial no trabalho docente, caracterizado pelo compromisso em desenvolver técnicas de atividades com os demais professores que ministrem disciplinas diferentes, para que essas atividades auxiliem na compreensão dos estudantes, proporcionando-lhes a lógica de relacionar conteúdos e suas especificidades (LIBÂNEO, 2011).

O profissional da educação ainda deve ser capaz de, no decorrer de sua prática docente, demonstrar exemplos específicos e desenvolver atividades por meio

de conteúdos que exemplifiquem situações e atitudes que os estudantes possam encontrar em seu cotidiano e com as quais se depararão no futuro profissionalmente (LIBÂNEO, 2011).

Também o conceito afetivo deve fazer parte da rotina de um professor. Esse profissional que, pela convivência, torna-se, em muitos casos, o maior exemplo de cidadão e de adulto responsável, transferindo aos seus estudantes conceitos que integram valores que não estão em livros didáticos e apostilas – denominados de valores morais (LIBÂNEO, 2011).

Em uma abordagem interacionista, considerando o conhecimento como o resultado das contínuas interações entre o sujeito aluno e o objeto aprendizagem, o estudante aprende circunstancialmente com suas ações e o professor deve possuir a capacidade de auxiliá-lo nesse processo, amparando-o e questionando-o continuamente perante atos assertivos e contestatórios (MIZUKAMI et al., 2010).

Nessa ampla gama de atribuições que ora foram elencadas, muitas não fazem parte da formação do profissional de educação – professor. Por isso a preocupação disso é de essencial prioridade e a universidade tem aqui seu papel fundamental no ajustamento da didática às novas realidades da sociedade (LIBÂNEO, 2011).

Assim, a escola não pode resolver tudo sozinha e também não cabe ao professor, em sua individualidade, esse árduo ofício, pois ele trabalha com o ponderável e o imponderável, ou seja, defronta-se diariamente com situações que exigem dele, além de todas as atribuições citadas, um nível de sensibilidade que o torne compreensivo e possuidor de atitudes que não promovam um abalo moral em seus estudantes.

O professor, assim como a educação, segundo Ferreira (1993, p. 57), “[...] não deve impor o que as pessoas devem escolher, mas prepará-las para a escolha [...]”, promovendo junto aos estudantes concepções de superação e atitudes de hombridade para o real benefício da sociedade. E para que essas atitudes sejam contempladas de maneira eficaz, o investimento no profissional é fundamental.

Os professores necessitam de investimento, mas não somente monetário. Necessitam de tempo para aprender, compreender processos e interagir com a comunidade (MIZUKAMI et al., 2010). Nesse contexto, o docente que possui como virtude desenvolver a habilidade e a competência de aprender a aprender, em seu exercício profissional, tem como preocupação máxima a educação e a valorização

do outro, compreendendo que o ato de ensinar/educar está muito além de apenas expor conteúdos, corrigir atividades e atribuir notas (DEMO, 2009).

Paralelo ao trabalho do professor, o entendimento dos estudantes em relação à aprendizagem gera o alinhamento da construção de seu conhecimento com o pressuposto de promoção de uma sociedade mais igualitária e justa, partindo do individual para o coletivo, adquirindo um caráter de apropriação do conhecimento (LIBÂNEO, 2011).

Consciente da relevância que a capacidade de construção do conhecimento exerce em uma sociedade carente de reflexão, em face das dificuldades sociais e econômicas, é preciso uma formação básica que permita aos alunos entenderem, compreenderem e buscarem, por meio de atitudes racionais, a superação desses desafios. A escola, o professor e os estudantes serão, desse modo, o centro do propósito que a instituição escolar deve ter para se pensar uma sociedade globalmente, avaliando e discutindo a realidade.

2.1.4 Atitudes e valores para a superação de paradigmas

Para que ocorra uma modificação substancial na sociedade, ela deve refletir sobre o que realmente acontece em vista dos interesses de grupos que se distinguem por uma herança cultural promovida por fatores econômicos, pois alguns adotarão a educação como mero degrau para a obtenção de mais privilégios; já outros visam à oportunidade de superar barreiras por meio de um diploma (FERREIRA, 1993).

Nesse contexto, se a escola, em vez de focar unicamente no ensino de conteúdos maçantes, flexibilizar seu currículo, que se demonstra, por vezes, engessado diante das necessidades sociais, auxiliará no desenvolvimento de pessoas mais críticas, reflexivas e com concepções de respeito ao próximo, bem como, com uma visão global de promoção e respeito às questões de diferenças étnicas, físicas e econômicas, entre outras. Assim, a “[...] formação de atitudes e valores perpassa as atividades de ensino, adquire, portanto, um peso substantivo na educação escolar [...]” (LIBÂNEO, 2011, p. 46).

Para tanto, é muito importante a conscientização de que “[...] As escolas devem, então, assumir que precisam ensinar valores [...]” (LIBÂNEO, 2011, p. 46).

A transmissão de atitudes e valores pela escola não só contribuiria para uma formação cidadã, mas também para uma revolução na sociedade no tocante à compreensão do seu lugar e do lugar do outro, dos seus direitos e do direito do outro, de suas necessidades e da necessidade do outro. Um país que privilegia uma educação de qualidade reafirma a sua soberania intelectual, embutindo nas pessoas o sentimento de valorização (DEMO, 2009).

Nessa perspectiva de valorização de uma população que anseia por uma representatividade digna, a educação é uma ferramenta de mudança na concepção de um grande investimento, no qual a valorização do professor, a compreensão da clientela e o investimento na instituição causariam um impacto positivo de mudança.

Coerente seria se todos tivessem a consciência de que somente com uma educação pública de qualidade é que se pode almejar uma sociedade mais justa. Mas não só a consciência bastaria: são necessárias atitudes modernas, tais como o pensamento e a motivação. É inadmissível possuímos, ainda, a concepção de que tudo na educação deva ser a longo prazo (DEMO, 2009).

Essa motivação pode se entender como uma técnica que instiga uma conduta, que subsidia uma atividade progressiva, que encaminha a atividade a uma determinada direção (BALANCHO; COELHO, 1996).

Dessa forma, o conceito de empreendedorismo elucidará e ampliará a visão estagnada perante valores e atitudes adotados na escola, e pela sociedade, a fim de promover o rompimento de concepções que minimizam e/ou maximizam pessoas e comportamentos.

2.2 O ensino de História e suas contribuições

Para desenvolver esse tópico, pautamo-nos na célebre frase de Marc Bloch (2002, p. 41): “[...] Papai, então me explica para que serve a História [...]”. Quantos são os estudantes que colocam esse pedido aos seus professores de História? Oferecer à eles condições para se questionarem sobre o impacto da História em seu cotidiano e, assim, contribuir para que compreendam a história, bem como construir um sentido historiográfico, requer habilidades e ações educativas que articulem experiências de fatos contemporâneos a fatos históricos do passado a serem estudados.

A disciplina de História, em especial no Ensino Médio, tem por finalidade contribuir com o processo de ensino e aprendizagem, visto que é preciso estar atento às finalidades da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 22, promulga: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos superiores” (BRASIL, 1996).

Assim, a disciplina busca articular-se com as demais disciplinas, no intuito de ofertar ao estudante possibilidades que levem ao desenvolvimento de competências e habilidades, tornando-o um sujeito participante, com capacidade de agir de maneira crítica e ativa no mundo cultural, social e do trabalho. Essa metodologia de trabalho, articulada às demais disciplinas, está claramente exposta nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), quando se orienta a prática da interdisciplinaridade.

A História contribui, igualmente, para o trabalho de contextualização, que busca auxiliar o estudante na compreensão entre as diferentes dimensões das realidades local e mundial, e sem o qual o estudante jamais compreenderia o real significado de sua vida do ponto de vista histórico. Conforme determinam as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*, em seu artigo 9º, parágrafo segundo, “[...] A relação entre teoria e prática requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania [...]” (BRASIL, 1998a).

A disciplina de História deve, portanto, apresentar como preceito os conceitos básicos e procedimentos de análise e interpretação para a produção do conhecimento, bem como uma formação histórica que auxilie os estudantes na convivência como cidadãos e que possam, com base em algumas considerações fundamentais, debater sobre fatos imprescindíveis à construção e ampliação de possibilidades para um futuro mais rico.

Em História, os conceitos são representações de um fenômeno histórico, ou seja, são abertos e estão esperando por conclusões que só poderão ocorrer por meio da formação de conhecimento específico. No entanto, não se pode generalizar categorias, pois cada qual possui sua especificidade histórica (BRASIL, 2008).

Também por objetivo, a História procura explicar as permanências e rupturas que ocorreram na sociedade de uma maneira que se explique os fatos de modo unidimensional, sendo o resultado de uma organização estruturada racionalmente.

Para tanto, o historiador utiliza as mais diversas fontes históricas, tais como: fósseis, gravuras, documentos escritos, fotos, relatos orais, entre outros. Assim, podemos definir a história como “[...] todas as ações humanas realizadas no decorrer dos tempos, independentemente de terem sido ou não objeto de conhecimento dos estudiosos [...]” (BRASIL, 2008, p. 72). Vale ressaltar que a percepção das relações sociais resulta na construção da identidade das pessoas como sujeitos históricos.

2.2.1 História e trabalho

O trabalho é um dos conteúdos abordados pela disciplina de História, valendo-se de sua importante relevância para a sustentação e a autopreservação do gênero humano, bem como outros conceitos, destacando-se: escravo, assalariado, político, religioso, de gênero. No que tange ao trabalho como formação na esfera educacional, entre professor e aluno, enfatiza-se a formação profissional e a preparação para o Ensino Superior a partir da relação mestre-aprendiz (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, a História é que oferece um registro de perspectiva, contexto e consequências, que pode ajudar nas escolhas sábias, ao se aprender com os sucessos e fracassos dos antepassados.

Diante desses pressupostos, a Lei nº 5.692/1971 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN (BRASIL, 1971) –, na tentativa de articular o ensino de conteúdos da base nacional curricular aos conhecimentos técnicos que os trabalhadores necessitavam, organizou o Ensino Médio em união ao ensino profissionalizante, contribuindo, nesse momento, para ganhos poucos expressivos na esfera do desenvolvimento e qualificação da mão de obra.

O ensino de habilidades voltadas para postos de trabalho específicos vem ganhando força e representatividade por meio do Ensino Técnico. No entanto, as necessidades requeridas pelo mercado de trabalho – no âmbito de resolução de problemas, tomada de decisões e ideias inovadoras – necessitam de um ensino amplo e emancipador.

A LDBEN, diante dessas novas exigências, estabelece em seu artigo 35 uma articulação entre a educação básica e a profissional, fazendo referência à finalidade do Ensino Médio, ou seja, à inclusão da “[...] preparação para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se

adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores [...]” (BRASIL, 1996).

O que a lei define como preparação para o trabalho pode ser entendido como o ensino e a aprendizagem de conteúdos que contenham competências básicas e pré-requisitos de formação profissional em disciplinas de formação básica (SÃO PAULO, 2012). Nessa perspectiva, demonstra-se admissível a introdução do conceito de empreendedorismo, atrelado a disciplinas de formação básica, tal como a História. Além disso, sua aprendizagem possibilitaria contribuir para uma formação não somente propedêutica voltada apenas para o ingresso ao Ensino Superior.

2.2.2 História, patrimônio e memória

O ensino de História tem a sua devida importância em todo o processo de escolarização – e educação – pois em seu eixo temático “História das organizações populacionais” consta, nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL, 1997, p. 63), a orientação para que se contemple como conteúdo “[...] as diferentes histórias que compõem as relações estabelecidas entre coletividade local e outras coletividades de outros tempos e espaços, contemplando diálogos entre presente e passado e os espaços locais, nacionais e mundiais [...]”.

Nesse aspecto, observa-se que o estudo da disciplina de História é uma rica experiência a qual permite que os estudantes analisem uma gama de diversidade de objetos e documentos, garantindo que o ensino e a aprendizagem sejam supridos dessa diversidade em coesão com os conhecimentos obtidos com o passar do tempo e perante as interpretações que geraram. Sobre a diversidade histórica, Marc Bloch (2002, p. 79) afirma: “[...]a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca, pode e deve fornecer informações sobre ele [...]”.

Em História, informações se refletem em memória, algo que é compromisso fundamental para a disciplina. A memória alicerçada no patrimônio cultural constitui a memória social e nacional. A devida atenção à preservação de “lugares de memória” enriquece o conceito, privilegiando gerações futuras (BRASIL, 2008, p. 78).

Por conseguinte, o estudo realizado a partir do conhecimento adquirido pessoalmente pelos estudantes em casas, ruas, monumentos ou na conversa com moradores das cidades ou do campo – estudo do meio – permite a compreensão

dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, promovendo uma aprendizagem extremamente significativa e, ao mesmo tempo crítica, sobre a ótica da preservação e manutenção da memória (BRASIL, 1998a, 2008).

É humanamente impossível o estudo da História de todos os tempos e sociedades e, nesse sentido, as seleções de conteúdos se determinam pela preocupação em proporcionar aos estudantes a dimensão entre o “eu” e o “outro”, em uma temporalidade histórica (BRASIL, 2008).

Com base nessas orientações, a seguir apresentamos alguns recortes sobre a História da cidade de Assis/SP, para a compreensão do estudo realizado a respeito da história local, pois é somente por intermédio de um alargamento de fronteiras temporais e espaciais que os sujeitos históricos podem dimensionar a sua inserção e a sua identidade com grupos sociais maiores.

2.2.3 História local: Assis-SP

A história de Assis antecede a data de sua criação, em 1 de julho de 1905. “[...] O primeiro assisense é o impiedoso desbravador José Theodoro de Souza [...]” (BARRERO, 2008, p. 76). Ele saiu de Pouso Alegre/MG para constituir posses, no então Sertão do Paranapanema como era conhecido o sudoeste paulista, em 1855. Na região habitavam três tribos indígenas, a saber: Coroados, nas vertentes do Rio do Peixe; Cayuás (Guaranis), nas vertentes do Rio Paranapanema, provenientes do Paraguai; e os Chavantes ou Otis originários do Mato Grosso¹. “[...] Um antigo mapa de 1868, guardado nos arquivos do Instituto Geológico de São Paulo, indica uma mancha em 25% do território paulista com a inscrição: terrenos ocupados por indígenas ferozes [...]” (BARRERO, 2008, p. 77). As três populações indígenas foram exterminadas violentamente para que os colonizadores pudessem se apropriar das terras adquiridas por meio de posse ou compra.

Após registrar a posse das terras, assegurando seus direitos na cidade de Botucatu, José Theodoro retorna ao Sertão do Paranapanema e funda a Vila de São José do Rio Novo, atual Campos Novos Paulista, com a intenção de atrair

¹ Em 11 de outubro de 1977, o Presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar nº 31, dividindo o estado de Mato Grosso e criando o estado de Mato Grosso do Sul.

compradores que pudessem povoar a região (FUNDAÇÃO ASSISENSE DE CULTURA, 2016).

Dois dos primeiros compradores foram o Capitão da Guarda Nacional Francisco de Assis Nogueira Júnior, que adquiriu 6.380 alqueires – as terras do Taquaral à margem direita do Rio Pari, em 1866, e José Machado de Lima que adquiriu terras à margem esquerda do referido rio, do então proprietário José Teodoro de Souza (DANTAS, 1980; COMPAHOLE, 1985).

O Capitão Francisco de Assis Nogueira Júnior e Delfina Cândida Ribeiro eram primos e necessitaram de dispensa matrimonial para que pudessem se casar. Em 1880, o referido casal doou dois patrimônios à igreja que não se apossou dos territórios. No entanto, em 1885, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo de São Paulo, concedeu licença para a construção de um cemitério, onde hoje é a região entre a UNESP e o aeroporto estadual. Eram tantos os mortos entre desbravadores e índios que a existência de um local para o sepultamento se fazia necessário, demonstrando que a cidade já nascia de modo espontâneo (COMPAHOLE, 1985; BARRERO, 2008).

Em 1886, o Capitão Francisco de Assis Nogueira Júnior, acompanhado de sua família e amigos, transferiu-se para a região de suas terras. Inicialmente alojara-se na fazenda de Machado de Lima, uma vez que em sua propriedade existiam muitos índios. Somente em 1898 é que o Capitão Francisco de Assis Nogueira Júnior se muda para a Água do Café (Córrego do Jacú), após os índios serem expulsos por posseiros. No mesmo ano, ele requer o registro das terras e em 1903, ingressa na justiça para reaver os territórios ocupados pelos posseiros. Em 1904, o Capitão Francisco de Assis Nogueira Júnior perde, de sua parte, 1.196 alqueires para os grileiros e 500 alqueires para o advogado Francisco Eugênio Martins Ribeiro que o defendeu no processo das terras do então Patrimônio das Três Barras (DANTAS, 1980; BARRERO, 2008).

Em 1º de julho de 1905, o Capitão Francisco de Assis Nogueira Júnior, representado pelo seu genro e procurador José Thomaz de Andrade, faz a doação de 70 alqueires para a igreja sob a tríplice invocação do Sagrado Coração de Jesus, São Francisco de Assis e mais 10 alqueires ao Pão de Santo Antônio, registrando isso perante o tabelião de Campos Novos do Paranapanema. O território agora é chamado de Patrimônio do Assis em homenagem ao doador (DANTAS, 1980; COMPAHOLE, 1985; BARRERO, 2008). O povoado desenvolveu-se, então, em

torno da modesta capela de pau-a-pique coberta de sapé, erguida no local onde hoje se situa a Catedral. Isso se deu devido, exclusivamente, ao avanço dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana que chegaram ao Patrimônio do Assis em 1914.

A partir desse fato, o patrimônio se tornou povoado e a preparação da elevação de Assis a município se deu pelas condições exigidas na Lei Estadual nº 1.038, de 19 de dezembro de 1906. Em 1915, pela Lei Estadual nº 1.496, de 30 de dezembro do mesmo ano, o povoado foi elevado a Distrito de Paz. Sucessivamente, dois anos depois, foi criado o Município de Acis² pela Lei Estadual nº 1.581, de 20 de dezembro de 1917, e Comarca, em 1918 (ASSIS, 2016; CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS, 2016; FUNDAÇÃO ASSISENSE DE CULTURA, 2016).

A estrada de ferro Sorocabana impulsionou uma grande mudança na rotina da cidade: o comércio de mercadorias, a chegada de trabalhadores qualificados com bons salários, a construção de casas que gerou a formação da Vila Coelho, atual Vila Operária, a construção da oficina da Sorocabana, a segunda maior do interior do estado de São Paulo, a mudança do eixo comercial da Rua Capitão Assis para a Av. Rui Barbosa (endereço da estação ferroviária), a criação da Associação Atlética Ferroviária. Por muito tempo, tudo que ocorria na cidade tinha como origem a “estação do trem”. Curioso lembrar que “era bom casamento para as moças, rapazes que trabalhavam na Sorocabana” (DANTAS, 1980; BARRERO, 2008).

Assim é que a cidade foi crescendo e a primeira escola de Assis teve seu funcionamento, inicialmente, em Campos Novos do Paranapanema. Com a mudança da comarca de Campos Novos para Assis, a partir de 2 de agosto de 1915, a escola também foi transferida. Funcionava em uma edificação de pau-a-pique onde hoje se encontra a Biblioteca Pública Municipal, e era chamada de Escolas Reunidas de Assis, oferecia o curso primário, do primeiro ao terceiro ano. Em 1923 é renomeada para João Mendes Júnior – que nada tem a ver com a história de Assis – a pedido do então Juiz de Direito da cidade Vasco Smith de Vasconcelos. Em 1941, após doação da igreja de um terreno nos altos da Vila Xavier, é inaugurado o “Grupão”, escola classificada como merecedora dos alunos de melhor privilégio social, ao passo que o “Grupinho” – Lucas Thomas Menk –, que foi fundado em 1952, a segunda escola da

² O nome Assis, pelo qual a cidade é conhecida hoje, era originalmente Acis e foi batizada assim em homenagem ao fundador do município: Capitão Francisco de Assis Nogueira Júnior. O nome foi adaptado anos depois pelos próprios moradores que o escreviam Acis com dois 's' por influência da cidade italiana de Assis.

cidade, era destinado aos alunos mais carentes. Ambos os prédios encontram-se preservados e em pleno funcionamento (DANTAS, 1980; BARRERO, 2008).

Em 1920, após contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e o empresário José Giorgi, iniciou-se o fornecimento de luz elétrica. A energia era de má qualidade e se apagava diariamente às 22h. No auge da crise de 1929, e no embalo da revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder federal, os consumidores aproveitaram o clima de reivindicações e destruíram a usina elétrica movida a geradores (que funcionavam com óleo diesel), ficando a cidade sem energia por mais de dois anos. Era, porém, com essa energia de má qualidade que o Cine Theatro Avenida exibia seus filmes mudos ao som de piano, onde hoje é o Assis Plaza Shopping. Os filmes eram assistidos por famílias tradicionais e de posses, da cidade. As exhibições eram divididas em várias partes e, em seus intervalos, as luzes se acendiam e a pianista Nena Valente continuava a melodia (BARRERO, 2008).

Posteriormente, o Cine São José, na década de 1930, e o Cine São Vicente, na década de 1950, foram os responsáveis pela proliferação cultural na cidade e também pelo *footing*³ entre os jovens. Entre ilustres apresentações, Villa-Lobos, em 1931, acompanhado de sua esposa – a pianista Lucília – em caravana educacional se apresentaram no Cine São José, criando certo mal-estar com a plateia ao criticarem o hino nacional (DANTAS, 1980; BARRERO, 2008).

Em Assis, no dia 5 de agosto de 1924, chegou o trem do Quartel General das forças do General Izidoro Dias Lopes. Entre os passageiros, o Tenente Cabanas. As tropas foram recebidas com festa, comício e missa, e o Tenente permaneceu na cidade. Por impulso, mandou incendiar a casa do Sr. José Giorgi, em Cardoso de Almeida, uma estação de parada do trem, para a qual se chegou a cogitar transferência da Comarca de Assis (DANTAS, 1980).

Em Assis, em 1932, quando se deflagrou o Movimento Constitucionalista no Estado de São Paulo, inúmeros voluntários se aglomeravam na Avenida Rui Barbosa para posterior embarque na estação ferroviária. A cidade foi também sede do Batalhão da Zona de Assis (BZA) por ser uma importante rota para a Alta Sorocabana (região Oeste de São Paulo) e o estado do Paraná (DANTAS, 1980; BARRERO, 2008).

³ *Footing*: Expressão em inglês “ir a pé”. Costume de cidades pequenas onde rapazes e garotas passeavam em alguma rua ou praça com a intenção de se “paquerarem”.

A cidade de Assis foi então responsável pelo recrutamento e fornecimento de destacamentos para suprir os postos de resistência e combate do Paranapanema, nesta região. Com o fim da Revolução, o Cine Theatro se transformou em quartel das tropas gaúchas, assim como a escola Grupão, que teve toda a documentação ali existente, de 1915 a 1932, destruída (DANTAS, 1980; BARRERO, 2008).

A representatividade da cidade de Assis no conflito da Segunda Guerra Mundial não se fez apenas pelo destacamento de soldados que lutaram na Itália, mas pelo fato do “[...] mais famoso, cruel e procurado criminoso de guerra da história do nazismo” (BARRERO, 2008, p. 189) – Josef Mengele (Anjo da Morte) – ter nela morado e trabalhado, como jardineiro na creche e orfanato Casa das Crianças por volta de cinco meses, no ano de 1970, utilizando o nome de Pedro (BARRERO, 2008).

A imprensa escrita de Assis ganhou destaque a partir de 1918, com seu primeiro jornal – *Jornal do Assis* – de propriedade do Sr. Horácio de Maio, que vendeu a empresa em 1921 para António Barros. Outro importante jornal independente foi o *Correio de Assis*, do Sr. José de Camargo, em 1920. Na década de 1930, surgiu o jornal *A Notícia* novamente de António Barros, e em 1940, o *Mensagem Diocesano*. Em 1963, o ainda em circulação *Voz da Terra* foi fundado pelo jornalista Egydio Coelho da Silva. Em 1992, *O Diário de Assis* foi lançado sob a direção de Roberto Silo (DANTAS, 1980; BARRERO, 2008).

A difusão radialista iniciou-se com a *Rádio Difusora*, em 1941, a partir da compra do transmissor de um circo que passava pela cidade, pelo professor Sebastião Leite do Canto. Em 1962, *A Rádio Cultura*, foi fundada por José de Camargo, seu sobrinho Antônio José de Camargo e o apresentador Ari Ferreira da Costa. Em 1980, a primeira rádio FM do Vale do Paranapanema é inaugurada: a Cultura 2 FM (BARRERO, 2008).

Importante indústria do ramo canavieiro, o Grupo Nova América iniciou a produção e comercialização de derivados de cana-de-açúcar, na década de 1940, após a família Rezende Barbosa comprar a fazenda localizada na então Vila Lex, distrito de Assis, que a partir de 1990 passa a ser o município de Tarumã. A família exerceu forte influência econômica e política na região, promovendo conquistas e progresso (BARRERO, 2008).

Também o futebol assisense foi marcado por diversos times que despertaram a paixão pelo esporte, na população. Em 1926, a Associação Atlética Ferroviária

(A.A.F.) foi fundada por um grupo de ferroviários e teve seu estádio construído em 1945, pelo governo do estado. Em 1930, surgiu defronte à Santa Casa de Misericórdia, o Assis Esporte Clube que teve suas atividades encerradas na década de 1940. Também no ano de 1930, um amante do esporte, Pedro Nigro, fundou o Paulista Futebol Clube. Ao final da Revolução Constitucionalista ele criou a Associação Atlética Assisense (A.A.A.), em 1933. Seu estádio reformado recebeu grande festa em 1934, porém na gestão do prefeito Tônico Silva (1952-1955) foi demolido para a construção da antiga rodoviária e do atual Mercado Municipal. Em 1954, o padre da paróquia da Vila Operária, preocupado em manter os jovens em atividades saudáveis e religiosas, fundou o Vila Operária Clube Esporte Mariano (VOCEM) conhecido na época como “O Marianinho” (DANTAS, 1980; BARRERO, 2008).

A educação superior de Assis iniciou-se com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (FAFIA), em 1957/1958, sendo a segunda faculdade pública instalada no interior de São Paulo. Sua primeira sede foi nas instalações do Colégio Santa Maria, onde ainda hoje é ofertado o ensino básico. Posteriormente, em terreno cedido pelo então deputado estadual José Santilli, construiu-se o atual prédio. Em 1976, a FAFIA foi incorporada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) (BARRERO, 2008).

Em 1970, surgiram os primeiros cursos superiores no então Colégio Diocesano, criado em 1946, pelo bispo Dom Antônio José do Santos, e destinado a educação de meninos. Em 1985, a escola foi negociada pela igreja e passou a pertencer ao Instituto Educacional de Assis (IEDA), que atualmente faz parte do grupo União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (UNIESP). No mesmo ano de 1985, a Fundação Educacional de Assis (FEMA), entidade privada sem fins lucrativos, mantenedora do Instituto Municipal de Ensino (IMESA), foi inaugurada pelo então prefeito José Santilli Sobrinho (BARRERO, 2008).

Em 2001, a Universidade Paulista (UNIP) instala-se na cidade de Assis, promovendo uma amplitude de acesso ao ensino superior, em razão da quantidade e variedade de cursos ofertados (UNIVERSIDADE PAULISTA, 2016).

Fato marcante na história de Assis - década de 1960 e 1970 - foi uma grande erosão, conhecida como “Buracão”, na conhecida região da Vila Operária e do Tênis Clube. Desapropriações foram necessárias, em virtude de cada chuva aumentar a cavidade e o risco de desabamentos de casas, e a degradação de tubulações e instalações elétricas. O problema foi resolvido em 1977, pelo então

governador Paulo Egydio Martins e hoje no local funciona o Parque Buracão “João Domingos Coelho” (DANTAS, 1980; BARRERO, 2008).

Ressalta-se, também, o mais popular artista de Assis – Ranchinho – pintor inicialmente desprezado em virtude de sua deficiência intelectual e física, e pelo costume de frequentar velórios e cortejos fúnebres. Ele alcançou prestígio na década de 1970, com exposição de sua arte no Museu de Arte de São Paulo (MASP), tendo o reconhecimento de veículos de comunicação. Produziu, ao longo de 32 anos de carreira, cerca de 2000 telas, falecendo com 80 anos, no ano de 2003 (BARRERO, 2008).

Outro artista que surpreendeu a população assisense foi Roberto Carlos, que se apresentou no ginásio de esportes do então Grupo Escolar Ernani Rodrigues, em 1966, mesmo após presenciar e auxiliar no socorro do acidente do empresário e amigo Geraldo Alves. O acidente ocorreu na Rodovia Raposo Tavares, importante via de escoamento de produção agrícola e mercadorias, que foi chamado de corredor da morte no trecho de 62 quilômetros entre Ourinhos e Assis, entre os anos de 1980 e 2002, quando houve sua duplicação pelo então governador Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (BARRERO, 2008).

Atualmente, o município apresenta uma economia baseada na pecuária de corte e no cultivo de soja, trigo, milho e cana-de-açúcar. Além de um forte comércio, dispõe de um parque industrial com destaque para as empresas de metalurgia.

O município possui aproximadamente 102.000 habitantes sendo considerado polo regional, comercial e educacional. A cidade é servida pelo projeto Incubadora de Empresas de Assis – Núcleo de Desenvolvimento Empresarial “Renato de Resende Barbosa” –, com o apoio das entidades parceiras, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Prefeitura Municipal de Assis. A Incubadora está localizada no antigo prédio das Oficinas de Locomotivas da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), antiga Estrada de Ferro Sorocabana (EFS), onde oferece serviços de apoio gerencial e administrativo às micro e pequenas indústrias do município, por meio do processo de Incubação.

2.3 Empreendedorismo

Nesta seção, abordaremos o tema empreendedorismo em sua concepção histórica, educacional e suas especificidades.

2.3.1 Empreendedor

A palavra empreendedor (*entrepreneur*) tem origem francesa, significando, “aquele que assume riscos e começa algo novo” (DORNELAS, 2005, p. 29). A história mundial reflete essa denominação e características no decorrer dos tempos, com diferentes expressões, mas que estão direcionadas a um só propósito (GRANDO, 2012; LEITE, 2012).

Ao discorrermos sobre empreendedor, o senso comum imediatamente nos remete à concepção de pessoas que simplesmente abriram um estabelecimento comercial. No entanto, quando nos aprofundamos no tema empreendedorismo, este nos revela grandes particularidades que vão desde características das pessoas empreendedoras, aos mecanismos de empreendedorismo (DOLABELA, 2003).

Ser empreendedor, em especial no Brasil, é um grande desafio se consideramos as perspectivas de apoio e sobrevivência, sobretudo das Pequenas Empresas. Pessoas empreendedoras são audaciosas, diferenciadas, buscam destacar-se como referencial e almejam construir um legado; trabalham com disposição e coragem para enfrentar desafios que o mercado de bens e consumo propicia, agindo com criatividade e foco na inovação (DORNELAS, 2005).

Ser empreendedor, dessa forma, é ser uma pessoa que possui ousadia e proatividade para buscar, por meio do conhecimento e capacidade cognitiva, a solução criativa e inovadora, decidindo problemas e situações que necessitam de rápida e eficiente interferência, pensando sempre em beneficiar tanto o pessoal quanto o coletivo (LIBERATO, 2007).

São as pessoas empreendedoras que, por meio de atitudes e comportamentos, equacionam o romper barreiras e a renovação de conceitos, criando novas relações de trabalho, novos empregos, novos conceitos econômicos, sociais e ambientais, com o intuito de derrubar paradigmas e gerar riqueza material e cultural para a sociedade.

2.3.2 Perspectiva Histórica do Empreendedorismo

Em uma perspectiva temporal, o mundo – do decorrer do século XX até os dias de hoje – passou por inúmeras transformações que motivaram pessoas a buscarem diferenciar-se, motivadas pelo advento do capitalismo industrial, pela ascensão de classes, o consumo, a ostentação e, paralelo a isso, o aumento da cultura, o avanço da tecnologia, a evolução médica, a expansão da internet e, conseqüentemente, a aproximação dos mercados mundiais. Nessa linha, o momento atual é visto como “a era do empreendedorismo” (DORNELAS, 2005, p. 22).

Entretanto na Idade Média, o termo empreendedorismo era utilizado para definir aquele que gerenciava grandes projetos de produção, ou seja, um trabalhador pensante, estrategista, um gerenciador financeiro (DORNELAS, 2005; GRANDO, 2012). Com referência histórica ao período, um empreendedor naquela época, provavelmente, seria alguém que deveria agradar a todos sem desagradar a Deus, ou melhor, à igreja.

Na Idade Moderna, as pessoas que tinham o termo empreendedor associado à sua atividade eram aquelas que assumiam riscos. Nesse período inicia-se, especialmente na Europa, um modelo de acordo contratual entre aqueles que almejavam possibilidades de prestação de serviços ou fornecimento de produtos, com financiadores, ora o governo, ora o então capitalista. Esses se livrariam dos riscos das perdas monetárias, em um eventual fracasso, responsabilizando o prestador/fornecedor de serviços. No entanto, ainda existia uma confusão entre quem financiava e quem empreendia (DORNELAS, 2005).

Já no início da Contemporaneidade, motivado pelo crescimento da industrialização, o empreendedor e o capitalista foram totalmente diferenciados. Nesse contexto, os capitalistas destacaram-se como os acumuladores de riquezas, em consequência da exploração da mão de obra resultante do êxodo rural, mas também como os auxiliares, por meio de investimentos/financiamentos, daqueles que visavam inovações e invenções para as indústrias e sociedades (DORNELAS, 2005).

Contudo, entre o final do século XIX e início do século XX, uma nova confusão surgiu: Ser empreendedor é ser um administrador? Esse ponto de vista ficou caracterizado em virtude de o empreendedor ser uma pessoa que também tem

como atributos o conceito organizacional e de planejamento estratégico (ANDRADE, 2010). No entanto, a cultura empreendedora está associada à criação de novos negócios e inovação, nesse caso aplicando-se a nomenclatura empreendedorismo corporativo. “O empreendedor seria aquele que consegue mover recursos econômicos de uma área para outra, equilibrando e potencializando as áreas por ele trabalhadas” (DORNELAS, 2005, p. 39).

Costuma-se, também, não se fazer distinção entre o empreendedor e o empresário. O empreendedor é o pioneiro ou o criador de empresa. Quanto ao empresário, é o administrador que se desliga de atribuições e delega a execução de tarefas (LEITE, 2012).

Por conseguinte, na perspectiva histórica, pode-se verificar que, ser empreendedor é estar à frente de seu tempo, observando tudo à sua volta para visualizar necessidades e oportunidades que possam ocasionar em melhoras nos campos econômico, social e ambiental, com prospecção de renda e satisfação pessoal, atingindo, com esses ganhos, o máximo de pessoas possíveis.

2.3.2.1 Perspectiva histórica do empreendedorismo – Brasil

No Brasil, o chamado movimento empreendedor foi inicialmente alavancado na década de 1990, especialmente por meio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), porém, essa instituição, que hoje possui caráter privado, esteve vinculada, desde 1964, ao setor público. Em 1972, com a denominação de CEBRAE (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa), surgiu como um órgão público vinculado ao então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), tendo como função primordial prestar consultoria gerencial às empresas de pequeno porte, sendo o canal entre as empresas e os demais órgãos públicos no encaminhamento de questões ligadas ao setor. Data de 9 de outubro de 1990, durante o governo do presidente Fernando Affonso Collor de Mello, a transformação do CEBRAE em SEBRAE, desvinculando-se da administração pública e transformando-se em uma instituição privada, sem fins lucrativos e de utilidade pública (DORNELAS, 2005; SEBRAE, 2015).

Outra entidade que se destacou em referência à promoção do empreendedorismo é a Sociedade Brasileira para Exportação de Software (Softex) que impulsionou, na década de 1990, sua participação junto a incubadoras de empresas e universidades, especialmente nos cursos de Ciências da Computação e

Informática. Hoje, a Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX) tem como missão ampliar a inovação e a competitividade do setor brasileiro de *software*⁴ e serviços da tecnologia da informação, auxiliando no desenvolvimento do país (SOFTEX, 2015; DORNELAS, 2005).

Nessa cronologia do empreendedorismo no Brasil, destaca-se, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, o Programa Brasil Empreendedor, uma iniciativa do Governo Federal que foi dirigida à capacitação de milhares de empreendedores em todo o país. Ainda nesse mesmo período, surgiram várias entidades como o Instituto E-cobra que contribuiu para a disseminação do empreendedorismo no movimento de criação de empresas pontocom, na área de internet e desenvolvimento *web*, com cursos, palestras e concursos para os planos de negócios (*business plan*) (DORNELAS, 2005; GRANDO, 2012).

Outro fator primordial para a inserção do empreendedorismo no Brasil foi a criação das incubadoras de empresas. Por iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na década de 1980, houve a criação do primeiro Programa de Parques Tecnológicos no país. No início, as incubadoras tinham como foco principal os setores em conhecimentos relacionados à informática e automação industrial, visando obviamente à criação de empresas com o potencial de levar ao mercado novas ideias e tendências tecnológicas. O resultado de tantos anos de trabalho e fomento no setor faz-se visível hoje nas incubadoras, que contribuem para o desenvolvimento local e setorial, auxiliando nos conceitos tanto burocráticos quanto operacionais (DORNELAS, 2005).

Tão importante quanto empreender, o ensino de empreendedorismo se revela uma grande alternativa para o enriquecimento cognitivo, bem como para uma mudança de atitudes perante as transformações de uma sociedade tão inquietante, que necessita de ações inovadoras e, ao mesmo tempo, desenvolva o social e a capitalização de bens.

⁴ *Software* corresponde a todo programa armazenado em discos ou circuitos integrados de computador ou sistema de processamento de dados.

2.3.3 O ensino de empreendedorismo

Atualmente, segundo Dornelas (2005, p. 27), “o Brasil desenvolve um dos maiores programas de ensino de empreendedorismo do mundo, comparável apenas aos Estados Unidos”. Com destaque para o programa Engenheiro Empreendedor, em Santa Catarina, programa de Ensino Universitário de Empreendedorismo da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), além dos inúmeros programas de difusão presentes nas instituições superiores e cursos de *Master of Business Administration* (MBA).

Assim, pode-se verificar que o ensino de empreendedorismo vem ganhando cada vez mais espaço na educação, além de aumentar o seu leque de cursos atingidos pelo tema. No entanto, a metodologia de ensino e o conteúdo apresentam necessidades de adequações para que os conteúdos de empreendedorismo possam promover os efeitos que essa vertente gera em sua expectativa.

Na simbiose entre educação e mercados de trabalho e de consumo, o empreendedorismo toma para si um destaque sobre as perspectivas que o contexto atual deflagra. As necessidades e oportunidades que surgem constantemente no cenário econômico e comercial levando, cada vez mais, a educação a se aproximar do conceito empreendedor no sentido de se promover a capacitação dos jovens e, assim, gerar mais uma alternativa profissional aos graduandos. Segundo Dornelas (2005, p. 25), a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, na década de 1990, “o empreendedorismo é o combustível para o crescimento econômico, criando emprego e prosperidade”.

Ensinar empreendedorismo parte do pressuposto de preparação, orientação, difusão de conhecimentos e busca de alternativas para a promoção de uma sociedade mais justa. Existem inúmeras razões para se ensinar empreendedorismo, entre elas: o alto índice de fechamento de empresas, novas relações de trabalho, aproximação das instituições de ensino com empresas, maior percepção quanto à importância das pequenas e médias empresas, conceituação ética e cidadã (SOUZA, 2004).

Um grande número de empresas encerra suas atividades por falta de preparo de seus criadores/administradores. Empreendedores buscam o sucesso na constituição de um empreendimento, mas, muitas vezes, não são capazes de

suportar os desafios e burocracias encontradas na rotina comercial e empresarial, por ausência de conhecimento empreendedor.

As novas relações de trabalho exigem profissionais que possuam uma visão global e que “saibam identificar e satisfazer as necessidades do cliente” (SOUZA, 2004, p. 34). A formação, mesmo para aqueles que prestarão serviços na função de empregados, deve ser ampla, para que esse trabalhador possua o domínio tecnológico, administrativo e identifique oportunidades inovadoras.

A aproximação entre universidade e empresa, no Brasil, ainda é muito distante. Por meio da instrução educacional e orientação técnica docente, valores da cultura empreendedora podem ser disseminados e multiplicados, promovendo, ao mesmo tempo, capacitação e segurança ao empreendedor.

Ressalta-se que as pequenas e médias empresas, no Brasil, representam um alto nível de empregabilidade e desenvolvimento econômico, no entanto, não se verifica uma percepção suficiente de sua importância, distanciando empreendedores de se arriscarem em projetos de cunho econômico, social e ambiental.

A sala de aula, talvez, seja, portanto, o melhor local para se estabelecer a formação empreendedora no que diz respeito a embutir nos estudantes valores de ética e cidadania. O empreendedorismo promove grande influência e modificações na sociedade e na economia, disseminando valores que prezam o comprometimento com o meio social e ambiental que são características incorporadas por um empreendedor (SOUZA, 2004).

2.3.3.1 Quem ensina, o que se ensina e onde se ensina empreendedorismo

Para Frâncio et al. (2008), assim como para Fiala e Andreassi (2013), o professor que ministra a disciplina de empreendedorismo deve compreender quais são as motivações de seus alunos e adequar sua metodologia a uma concepção diferenciada da aula do ensino tradicional, proporcionando a interdisciplinaridade para que o aluno possa tornar-se agente de sua própria aprendizagem.

Vale ressaltar a importância da difusão do ensino de empreendedorismo por meio da união entre conhecimentos teóricos com práticas que seriam beneficiadas por intermédio de palestras, cursos, seminários, visitas e interfaces com empreendedores de sucesso. Nessa ótica, a incubadora de empresas torna-se um

recurso didático a ser explorado, uma forma de aprendizagem direta (FRÂNCIO et al., 2008; FIALA; ANDREASSI, 2013).

No que se refere ao conteúdo lecionado, em 11 Instituições de Ensino Superior (IES) catarinenses pesquisadas, por Frâncio et al. (2008), o plano de negócios, características do empreendedor, etapas do plano de negócios, pequena empresa, implantação do plano de negócios e gestão de pequenas empresas, foram os conteúdos que mais se evidenciaram. Os cursos, em ordem crescente, quanto à representatividade da disciplina de Empreendedorismo, são: Administração de Empresas, Turismo e Hotelaria, Nutrição, Ciências Contábeis, Gestão de Processos Industriais, Gestão Financeira, Engenharia Elétrica, Gestão de Recursos Humanos, Técnico em Redes de Comunicação, Química, Engenharia Elétrica, Engenharia de Telecomunicações, Ciências da Computação e Sistemas de Informação (FRÂNCIO et al. 2008).

O que se percebe, ao observar a pesquisa, é que o foco do ensino de empreendedorismo ainda se concentra muito no curso de Administração de Empresas, mesmo que a disciplina Empreendedorismo esteja se ramificando para outras áreas mostrando-se ainda tímida, como no caso das Licenciaturas.

Segundo Fiala e Andreassi (2013), pesquisas relacionadas à União Europeia indicam que a probabilidade de uma pessoa se tornar empreendedora aumenta se ela souber como iniciar o seu negócio. E pessoas que foram expostas ao empreendedorismo, em seus círculos de amizade, familiar ou educacional, possuem uma probabilidade maior de iniciar seu próprio negócio. A pesquisa reforça o conceito da utilização de incubadoras como meios de ensino do empreendedorismo. As informações supracitadas evidenciam que o convívio com pessoas, e também locais que disseminam o conceito empreendedor, corroboram para o desejo de tornar-se um empreendedor.

A oportunidade do estudante conhecer um ambiente onde estão empresas de diferentes áreas, com pessoas desempenhando diversas funções, com problemas ao mesmo tempo iguais, mas diferentes nas particularidades, auxilia na compreensão das dificuldades e aponta as vertentes do sucesso empreendedor. Logo nesse sentido, as incubadoras são retratadas não somente como um lugar para se aprender sobre empreendedorismo, mas também como um local estimulador e de encorajamento, verificando-se os aspectos negativos e positivos que uma

empresa possa ter e, conseqüentemente, aprender a como comportar-se em face do inesperado e do subjetivo. Ainda ressalta-se que a aprendizagem empreendedora nas incubadoras defronta-se com o teórico, ampliando o conhecimento adquirido na IES, tornando o aprendizado constante, combinando-se os métodos formal e informal de aprendizagem (FIALA; ANDREASSI, 2013).

Para o empreendedor, ou o futuro empreendedor, vale a pena recorrer a uma incubadora de empresas ou a um parque tecnológico. Sendo este, um local muito propício ao ensino e à aprendizagem da cultura empreendedora. Ao que se refere à nomenclatura, incubadoras de empresas são ambientes planejados, que possuem como intencionalidade o estímulo, a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, disponibilizando ao empreendedor uma gama de serviços que o auxiliará no ingresso ao mercado de uma maneira mais segura e preparada.

Por sua vez, parques tecnológicos “são complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam fomentar economias baseadas no conhecimento” (GRANDO, 2012, p. 443-444), podendo abrigar também empresas, feiras e eventos que promovam o desenvolvimento tecnológico. Além disso, os parques tecnológicos, geralmente, estão ligados às universidades ou centros de pesquisas.

Na perspectiva do ensino de empreendedorismo, sua realização em instituições de ensino dos mais variados níveis se faz imprescindível, bem como a diversificação de seus conteúdos em face das necessidades de cada nível educacional. O empreendedorismo pode e deve ser ensinado em instituições de ensino como disciplina, nas mais diversas áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar e contemplando conteúdos e projetos multidisciplinares. Faz-se necessário que, no ensino de empreendedorismo, suas especificações sejam esclarecidas e que sejam abordados seus diferentes conceitos de empreendedorismo, tais como: o empreendedorismo por necessidade, o empreendedorismo por oportunidade, o empreendedorismo social, entre outros.

Sendo o empreendedorismo também uma opção de carreira, é clara a necessidade de se identificar a conceituação dessa linha, assim como é sua função promover o crescimento econômico, tendo como realização a redução da pobreza e da desigualdade. Nessa perspectiva, destacamos duas possibilidades de ação empreendedora que detêm a capacidade de reação social e econômica. São elas: o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade.

2.3.4 Empreendedorismo por necessidade

O empreendedorismo por necessidade adquire uma função de promoção de subsistência, age como um reparador de necessidade econômica individual, com a criação de pequenos negócios que possibilitam uma renda mínima para suprir carências cotidianas sem um grande impacto de transformação social e geração de riqueza e emprego (DORNELAS, 2007; LOPES, 2010).

Podemos verificar que a “atividade empreendedora por necessidade geralmente reflete uma situação de estagnação ou crise econômica no país, falta ou redução de empregos, o que força as pessoas a empreender para sobreviver” (LOPES, 2010, p. 211).

Muitos empreendedores, por necessidade, conseguem obter grande sucesso em seus negócios, sobressaindo-se no mercado e no entorno social. Conforme explica Lopes (2010, p. 227), “é preciso analisar os bolsões de pobreza extrema e encontrar formas de neles promover o empreendedorismo por necessidade”. Assim, o fator de inclusão social e de combate à pobreza é mais significativo e poderá surgir o conceito de se visualizar a oportunidade na necessidade.

Nessa perspectiva, o empreendedorismo por necessidade teria uma função de inclusão social e redução de pobreza, promovendo o que se pode chamar de socorro emergencial perante uma real ausência de emprego e renda, ao passo que o empreendedorismo por oportunidade possui uma expectativa econômica e sustentável.

2.3.5 Empreendedorismo por oportunidade

Segundo Lopes (2010, p. 210-211): “Os empreendedores motivados por oportunidade têm maior impacto sobre o crescimento econômico de um país”. Ou seja, pessoas melhor preparadas, com maior nível de orientação e contato tecnológico, desenvolvem negócios que geram conseqüentemente mais riqueza e emprego, exercendo, dessa forma, um grande impacto econômico.

Para o desenvolvimento do empreendedorismo de oportunidade, há fatores de grande importância que devem ser levados em consideração, tais como:

educação, treinamento, disponibilidade de capital de risco, infraestrutura adequada e uma legislação que não produza entraves para a implantação da atividade empreendedora (DORNELAS, 2007; LOPES, 2010).

Quanto mais cedo se implantar a instrução empreendedora e o contato teórico, com vistas a difundir precocemente o conceito de realização de negócios estruturados, os demais fatores, que são fundamentais na origem do empreendedorismo por oportunidade, serão complementares e, até mesmo, consequentes. Desenvolver a capacidade de identificar oportunidades e, em decorrência gerar conhecimentos faz parte de uma nova constituição da qual o mundo do trabalho contemporâneo necessita (DOLABELA, 2003).

Se visarmos promover, para as gerações futuras, uma conscientização do caráter empreendedor responsável, que adquira riqueza e também desenvolve o país, o impacto social e econômico ocorrerá de uma maneira muito mais positiva.

Não cabe julgar qual modelo de empreendedorismo é melhor. Cada qual, em sua esfera de atuação, possui seu significado. Mas o importante é deixar claro suas diferenciações. Conforme explica Lopes (2010, p. 226), o empreendedorismo por necessidade não serve apenas “quando não há empregos ou as pessoas não têm a formação necessária para o empreendedorismo por oportunidade; o empreendedorismo por necessidade e o autoemprego são a única solução para elas sobreviverem”.

Contrariamente às características do empreendedorismo por necessidade, o empreendedorismo de oportunidade possui uma visão de geração de inovações e de novas tecnologias, com a objetividade da promoção de um forte impacto na economia.

Podemos, assim, considerar que o resultado do crescimento econômico de um país depende muito da motivação da atividade empreendedora desenvolvida. Para tanto, a cultura empreendedora deve estar presente e ser constantemente aperfeiçoada.

Neste capítulo, apresentamos os referenciais teóricos concernentes às pesquisas sobre o capital cultural, as características do ensino, o papel da escola pública, bem como das instituições particulares, a concepção da profissão docente perante seus desafios e necessidades, o ensino de História na perspectiva mundial com ênfase na história local da cidade de Assis/SP, o contexto histórico do empreendedorismo no Brasil e no mundo e a conceituação do ensino de

empreendedorismo, em especial o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade.

No próximo capítulo, abordaremos os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração do trabalho de pesquisa, o processo de elaboração do Produto Educacional, bem como as etapas para sua construção.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentaremos os procedimentos metodológicos utilizados para a análise dos dados, a elaboração do Produto Educacional e as etapas para a sua construção.

3.1 Métodos e técnicas de coleta e análise dos dados

O termo pesquisa significa, segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2005, p. 671), “Investigação e estudo, minuciosos e sistemáticos, com o fim de descobrir fatos relativos a um campo do conhecimento”. Para Tozoni-Reis (2009, p. 8), “é a interpretação do que vivemos”. Já Gil (2002, p. 17) define pesquisa como “o procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”, e conclui que a pesquisa “desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados” (GIL, 2002, p. 17).

Para tanto, devemos considerar que a pesquisa é um processo que auxilia na compreensão da realidade. Por meio dela construímos o conhecimento, favorecendo a comunicação dos saberes.

Ainda de acordo com Tozoni-Reis (2009), a pesquisa relacionada à educação é essencialmente qualitativa, pois defende a produção de conhecimentos sobre os fenômenos humanos e sociais de forma compreensiva e interpretativa. E a pesquisa em educação possui características que necessitam, junto ao seu trabalho, uma especificidade de realização.

Esta é, portanto, uma pesquisa de cunho qualitativo e quanto aos objetivos, considera-se uma pesquisa exploratória, por possuir o caráter de familiarizar-se com o objeto de estudo, tanto quanto expor possibilidades para a compreensão e aprimoramento de ideias, bem como a participação de “pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado” (GIL, 2002, p. 41).

Quanto ao procedimento técnico, utilizamos para a construção deste trabalho a pesquisa-ação, que “é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo” (THIOLLENT, 1986, p. 14). A pesquisa-ação pressupõe o envolvimento do pesquisador e dos participantes em determinada situação ou problema.

Na perspectiva de Tripp (2005, p. 445), pesquisa-ação “trata de um mecanismo de pesquisa que tem por finalidade também investigar a própria prática com a finalidade de melhorá-la”, sendo tal mecanismo encarado como um termo genérico para a investigação-ação, por fazer parte de um processo que segue um ciclo de investigação e ação. No âmbito educacional, a pesquisa-ação caracteriza-se por uma estratégia que visa desenvolver não somente os professores como os pesquisadores, com a utilização de suas pesquisas, na intencionalidade de aprimoramento do ensino e, conseqüentemente, na aprendizagem dos estudantes.

A conceituação de pesquisa-ação baseia-se na identificação de estratégias e ações planejadas que tendem a ser implementadas, posteriormente observadas, para que ocorra uma reflexão, e que se obtenha, ao final, uma mudança na prática, com base em técnicas de pesquisa consagradas. É uma pesquisa que, ao mesmo tempo, altera o que está sendo pesquisado, tornando-se uma pesquisa intervencionista (TRIPP, 2005).

Essa modalidade de pesquisa acadêmica tem a finalidade de partilhar os conhecimentos construídos a partir de uma ação que foi analisada para se transformar em uma nova ação. Ressaltamos que o sujeito da ação não é propriamente o objeto de estudo, mas sim o pesquisador, o produtor do conhecimento aplicado em sua própria prática pedagógica (TOZONI-REIS, 2009).

Para Gil (2002), a pesquisa-ação é considerada como pesquisa participante. E, portanto, “comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos” (GIL, 2002, p. 56), promovendo a aproximação entre o pesquisador e os pesquisados. Assim, o pesquisador tornar-se pesquisado. Quanto à terminologia “pesquisa participante”, ao se referir à pesquisa-ação, segundo Thiollent (1986, p. 15), “não há uma unanimidade, pois a terminologia não é utilizada por autores para justificar a pesquisa-ação”.

Logo, podemos entender que a pesquisa-ação, em educação, tem como pressuposto principal a compreensão da prática pedagógica no sentido de olhar para a própria prática, refletir sobre ela, verificando e reavaliando atitudes propriamente realizadas em sala de aula com os estudantes e, conseqüentemente, a melhora no trabalho com a construção de uma educação colaborativa do conhecimento.

Deste modo, para a solução de um problema e para agir no campo da prática, bem como, investigar a respeito dela, faz-se necessário identificar (problema

e causas), planejar soluções, implementar, monitorar e avaliar sua eficácia. Devemos considerar que o ciclo básico de investigação pode ter seus processos afetados e, conseqüentemente, seus resultados, em virtude dos objetivos e conjunturas, pessoas diferentes com habilidades diferentes, tempo de pesquisa, níveis de colaboração, entre outros (TRIPP, 2005). Nesse âmbito, a pesquisa-ação tende a ser pragmática, ou seja, contém considerações de ordem prática, realista, tendo como característica a apropriação de teorias para verificação da prática.

Tripp (2005, p. 447), refere-se à pesquisa-ação no âmbito da prática como: “uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”. Para Thiollent (1986, p. 15), na prática da pesquisa-ação, “os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas”.

Segundo Tripp (2005), na atividade de pesquisa-ação, devemos estar atentos quanto à possibilidade de combinarmos a utilização de uma teorização indutiva, que parta do particular para o geral, quando não houver uma explicação ou uma teorização. O monitoramento dos efeitos da sua própria atividade, durante a fase de pesquisa e trabalho, produzindo dados sobre os efeitos de uma mudança da prática com a utilização de pesquisa que envolve tanto um pré-teste quanto um pós-teste, gerando assim, uma teorização da prática. Para tanto, o processo de pesquisa-ação começa com um reconhecimento da situação e dos envolvidos para que seja possível planejar como será o monitoramento e a avaliação, sendo um processo denominado corrente, ou seja, a união dos elos, no qual cada fase fornece subsídios para a próxima.

Na perspectiva prática, a pesquisa-ação tem uma melhor funcionalidade no âmbito participativo, envolvendo cooperação e colaboração, visto que a análise individual torna-se insuficiente para distinguir os efeitos de mudança na prática. Cabe ressaltar que, em uma pesquisa-ação participativa, deve haver respeito ao interesse mútuo, partilhamento do controle dos processos, relação benéfica a todos os envolvidos e inclusão de justiça entre os participantes (TRIPP, 2005).

Segundo Thiollent (1986), são específicos da pesquisa-ação em sua fase de definição, dois tipos de objetivos: o objetivo prático e o objetivo do conhecimento. O primeiro deve “contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado como central da pesquisa, com levantamento de soluções e propostas

de ações correspondentes às ‘soluções’ para auxiliar o agente na sua atividade” (THIOLLENT, 1986, p. 18). O segundo deve “obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentar nosso conhecimento de determinadas situações” (THIOLLENT, 1986, p. 18).

Assim, na realização deste trabalho, procuramos estabelecer um vínculo entre o objetivo prático e o objetivo do conhecimento. Para este fim, utilizamos a pesquisa-ação, contemplando um estudo de caso narrativo (aplicação do Produto Educacional) que será descrito em seguida.

3.2 Elaboração do Produto Educacional

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), na busca contínua de ferramentas e ações para a melhoria da educação, cunhou no Brasil, em 2009, o Mestrado Profissional, que visa proporcionar a capacitação de profissionais, a transferência de conhecimentos para a sociedade, a articulação da formação profissional, a agregação da competitividade e o aumento da produtividade na esfera profissional (BRASIL, 2009).

Para a referida modalidade de Mestrado *Stricto Sensu*, em suas determinações para conclusão da dissertação, faz-se necessária a apresentação de um Produto Educacional que, segundo a normativa 07 do MEC, se qualifica como:

[...] dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística; sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES (BRASIL, 2009).

Reafirmando a normativa acima descrita, a Instrução Normativa nº 06/2015 – PPGEN, segundo Documento de Área 2013 da Capes, são considerados Produtos Educacionais:

[...] Mídias educacionais (vídeos, simulações, animações, vídeo-aulas, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, ambientes de aprendizagem, páginas de *internet* e *blogs*, jogos educacionais etc.); Protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; Propostas de ensino (sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas etc.); Material textual (manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares); Materiais interativos (jogos, *kits* e similares); Atividades de extensão (exposições científicas, cursos, oficinas, ciclos de palestras, exposições, atividades de divulgação científica e outras) (PARANÁ, 2015).

O Produto Educacional desenvolvido e apresentado nesta dissertação consiste em um romance infantojuvenil caracterizado como um material didático – livro paradidático –, o qual atende plenamente aos requisitos da CAPES, bem como, aos do PPGEN, por ser um material textual de cunho pedagógico que contribui para o processo de ensino e aprendizagem na disciplina de História e na fundamentação do conceito de empreendedorismo.

A ideia surgiu no decorrer do ano de 2015, no curso de Mestrado em Ciências Humanas Sociais e da Natureza da Universidade Federal Tecnológica do Paraná - Câmpus Londrina, quando foi ministrada, no primeiro semestre, a disciplina Educação Empreendedora: Trabalho e Tecnologia, que, em seu plano de ensino, indicou a leitura da obra literária *As Cartas de Tsuji* – A história de um pesquisador e seus alunos, criando uma empresa de base tecnológica, dos autores Rochel Montero Lago, Lilian Barros Pereira Campos e Euler Santos. A obra retrata parte da história de um dos autores – Rochel –, bem como revela a importância de os leitores compreenderem o caminho acadêmico concomitante ao empreendedorismo (LAGO; CAMPOS; SANTOS, 2011).

Com base nas discussões que a obra suscitou, no decorrer dos encontros, verificamos a possibilidade de utilizarmos os conhecimentos construídos na elaboração de um romance infantojuvenil como Produto Educacional a ser aplicado aos estudantes do Ensino Médio. Uma vez exposta a possibilidade da construção do Produto Educacional, iniciamos pesquisas virtuais relacionadas aos procedimentos de escrita que seriam necessários para a composição do Produto Educacional, cujas etapas serão apresentadas a seguir.

3.2.1 Etapas para elaboração do produto educacional

Para a elaboração do Produto Educacional, foram realizadas cinco etapas:

- 1 - Minuta do Produto Educacional: para essa minuta, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre a história de Assis/SP, e reuniões de orientação com profissionais da Língua Portuguesa sobre como escrever um romance infantojuvenil.
- 2 - Avaliação dos aspectos históricos: elaborou-se um questionário destinado aos professores de História que participaram da primeira aplicação do Produto Educacional.
- 3 - Avaliação dos aspectos empresariais e empreendedores: apresentou-se um questionário destinado a um consultor do SEBRAE e a um proprietário de uma empresa de pequeno porte para a avaliação do produto educacional, no conceito empresarial e empreendedor.
- 4 - Aplicação do Produto Educacional com estudantes: foi realizado um curso de 30 horas, para estudantes do ensino público da primeira série do Ensino Médio, com a aplicação de um questionário para verificar o entendimento dos conceitos de empreendedorismo.
- 5 - Nova versão do Produto Educacional: após a avaliação dos resultados das etapas anteriores, foi realizada a escrita da segunda versão do Produto Educacional.

3.2.1.1 Etapa 1: minuta do produto educacional

No dia 1º de julho de 2015, na cidade de Cornélio Procópio/PR, estiveram presentes o pesquisador, o Professor Dr. Jair de Oliveira e o Professor Me. Roberto Bondarik, professor de História da UTFPR-CP. Nesse almoço/reunião, discutimos quais assuntos deveriam ser abordados no Produto Educacional. O encontro contribuiu para a definição da inclusão de um contexto histórico da cidade de Assis, que está localizada no sudoeste do estado de São Paulo. Foram então definidas, como bibliografia base para a inserção da história local no Produto Educacional, as seguintes obras: *Assis de A a Z: A enciclopédia do século 1905-2005*, de Marcos Barrero (2008); *História da fundação da cidade de Assis*, de Adriano Campanhole (1985); e *Memória do patrimônio do Assis*, de Arruda Dantas (1980).

Em outro encontro, realizado no dia 27 de outubro de 2015, na cidade de Cornélio Procópio, nas dependências da Incubadora de Empresas da UTFPR-CP, estiveram presentes o pesquisador e o Professor Dr. Jair de Oliveira. Neste encontro, foram discutidos aspectos de formatação para o Produto Educacional. E definimos que o Produto Educacional deveria conter ilustrações que associassem o contexto histórico ao literário, bem como, que apresentasse um caráter moderno e tecnológico. Além disso, determinamos que a escrita deveria ser de leitura fácil e prazerosa, para que os estudantes se interessassem pelo conteúdo e que o Produto Educacional contribuísse para o conhecimento dos leitores sobre o acesso ao ensino superior, as histórias local, nacional e mundial, e o empreendedorismo.

Uma vez definidos os caminhos a seguir para a composição do Produto Educacional, iniciamos o que talvez seja a maior dificuldade para um escritor principiante: escrever. As primeiras páginas foram as mais fáceis, no entanto, após escritas, o chamado “branco” se instaurou e a dificuldade de compor uma história que debatesse uma relação familiar, juntamente com conteúdos técnicos e históricos, se mostrou muito mais complexa. Diante dessa dificuldade, orientações e sugestões amigas nortearam a leitura de *best sellers* como *Harry Potter* e *Senhor dos Anéis*, de livros da Coleção Vaga-lume, bem como, assistir a novelas e filmes, além de consultar *sites* que auxiliassem na técnica da escrita de um romance infantojuvenil.

A continuidade da escrita da primeira versão do Produto Educacional foi, ao mesmo tempo, desgastante e emocionante. O desgaste caracterizou-se na tentativa de articular o romance em situações de caráter técnico e histórico. O emocionante deparou-se continuamente com a constituição de uma história que retratasse o cotidiano de muitos estudantes no país, com suas dúvidas e sonhos.

Como minuta, delineamos uma narrativa com um núcleo familiar de classe média, composto por pai (Odair), mãe (Amanda) e filho (Pedro). O enredo teve como abordagem assuntos rotineiros de uma família com dificuldades nas decisões diante do futuro, questões econômicas e acesso ao ensino superior. Também retratou a história local, por meio da oralidade, e conteúdos introdutórios sobre empreendedorismo.

A trama teve como personagem principal Pedro, envolvendo sua família e amigos, na sua indecisão frente ao que fazer após terminar o Ensino Médio. Sua mãe (Amanda) possuía uma visão mais tradicional, preocupando-se com a definição

monetária. Seu pai (Odair) possuía uma cultura que valorizava o estudo, e uma de suas características era o conhecimento teórico e prático sobre empreendedorismo.

A definição da narrativa ficou a cargo de Pedro, que, com a ajuda de uma das personagens (Bianca), conseguiu orientação para a definição de carreira e ingresso ao Ensino Superior, bem como apoio familiar, sendo instruído a conhecer e estudar o empreendedorismo, aproveitando o ambiente cosmopolita para onde seu futuro próximo o destinou.

Uma importante decisão, quanto ao enredo do Produto Educacional, foi o cuidado na escolha dos personagens e das suas profissões, para que fosse possível a produção de um novo volume que complementasse a narrativa.

3.2.1.2 Etapa 2: avaliação dos aspectos históricos

Na composição do Produto Educacional, foram incluídos aspectos históricos locais, da cidade de Assis/SP (conforme tópico 2.2.3), bem como, da história nacional e mundial, por meio da experiência docente. Como a intencionalidade do Produto Educacional é desenvolver, além da capacidade leitora, o conhecimento histórico e empreendedor, percebemos a necessidade da aplicação de um questionário aos profissionais docentes, para que pudessem colaborar com a análise do enredo para a avaliação e a composição do Produto Educacional (Apêndice A).

Para a seleção dos professores, alguns critérios foram analisados e escolhidos: que o docente fosse professor de História, da rede estadual de ensino; que tivesse experiência com estudantes da primeira série do Ensino Médio; e que possuísse algum conhecimento, mesmo que teórico, sobre empreendedorismo.

O segundo questionário direcionado aos docentes foi composto de 11 questões objetivas e dissertativas (Apêndice B), com o objetivo de levantar informações quanto à utilização de livros paradidáticos, na disciplina de História no Ensino Médio da rede pública, e quanto à interdisciplinaridade.

3.2.1.3 Etapa 3: avaliação dos aspectos empresariais e empreendedores

Na continuidade da composição do Produto Educacional, incluímos aspectos empreendedores (conforme tópico 2.3), possuindo o Produto Educacional a intencionalidade do ensino introdutório de empreendedorismo. Verificamos, ainda, a

necessidade de a obra ser avaliada por profissionais da área empresarial e fomentadora do empreendedorismo.

Para a seleção dos profissionais que analisariam a obra, alguns critérios foram observados e escolhidos: o empresário de empresa de pequeno porte deveria possuir um empreendimento que estivesse ativo. Para a análise de um consultor, foi lembrada a entidade privada SEBRAE, por trabalhar no estímulo ao empreendedorismo e por capacitar pessoas para a promoção e o desenvolvimento do país.

Elaboramos um questionário composto por 10 questões objetivas e dissertativas (Apêndice A), cujo objetivo foi levantar informações sobre o enredo, os personagens, a inserção de quadros técnicos, o conteúdo de empreendedorismo e uma avaliação geral da obra.

3.2.1.4 Etapa 4: aplicação do produto educacional

A aplicação do referido Produto Educacional com estudantes ocorreu em um curso de 30 horas no qual das atividades realizadas constou, primeiramente, um questionário composto por 12 questões objetivas e dissertativas (Apêndice C), com o objetivo de levantar informações quanto à idade, à família, aos sonhos almejados e ao conhecimento preliminar do conceito empreendedor. Posteriormente, foram exibidos vídeos que relavam a história da cidade de Assis, vídeos de exemplos de pessoas empreendedoras e a leitura compartilhada dos capítulos. Ressalta-se que, cada estudante possuía um exemplar do Produto Educacional. Determinamos, então, qual e quando cada capítulo deveria ser lido.

Ao final da leitura, distribuímos um questionário composto por 6 questões dissertativas (Apêndice D), com o objetivo de colher informações quanto à compreensão e ao aprendizado do conceito de empreendedorismo.

O local para escolha da aplicação do Produto Educacional foi a instituição Etec “Pedro D’Arcádia Neto”, situada na cidade de Assis-SP. A escolha dessa escola se deu por conveniência, por ser uma instituição pública, onde o pesquisador já atuou como docente, possuindo um bom relacionamento com a coordenação pedagógica e direção.

A referida aplicação foi realizada com estudantes da primeira série do Ensino Médio. A escolha do ano/série se deu porque os estudantes, teoricamente, já

possuíam um conhecimento histórico necessário para a compreensão do conteúdo descrito no livro e por estarem em uma faixa etária de iniciação da busca por uma definição sobre o que fazer após o término do Ensino Médio.

3.2.1.5 Etapa 5: nova versão do produto educacional

Após as aplicações do Produto Educacional ao empresário, ao consultor, aos professores e aos estudantes, foram avaliados os resultados, levando-se em consideração, sobretudo o aspecto crítico dos diálogos, a composição historiográfica e o conceito de empreendedorismo. As sugestões foram inclusas na primeira versão do referido material, e na organização da sua segunda versão, para apresentação no exame de Qualificação. Após a avaliação no referido exame, organizamos a versão final do Produto Educacional para apresentação na defesa da dissertação ao Programa de Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Apêndice H).

Neste capítulo, discorreremos sobre a terminologia da pesquisa e pesquisa em educação, apresentamos como procedimento técnico a pesquisa-ação, utilizado para a constituição desse trabalho de investigação; descrevemos a legislação subsidiada do Ministério da Educação e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná para a formatação de um produto educacional; e esmiuçamos as etapas utilizadas para a idealização, construção e avaliação do referido material.

No próximo capítulo, apresentaremos como foi realizada a análise dos dados coletados com base na aplicação do Produto Educacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo traz a análise dos dados coletados da aplicação do Produto Educacional junto a um proprietário de empresa de pequeno porte; um consultor de empresas; professores da disciplina de História e estudantes matriculados da primeira série, do Ensino Médio, de uma escola estadual da região sudoeste de São Paulo.

Quadro 1 - Cronograma das etapas de avaliação do Produto Educacional

Participantes	Quantidade	Período
Proprietário de empresa de pequeno porte	1	De 2 a 12 /4/16
Consultor de empresas	1	De 9 a 19/4/16
Professores de História	2	De 17/4 a 8/5/16
Estudantes do 1º ano do EM	21	De 9 a 13/5/16

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.1 Análises dos dados do proprietário de empresa de pequeno porte, do consultor, dos docentes e dos estudantes

Neste tópico analisaremos os dados coletados por meio da aplicação do Produto Educacional.

4.1.1 Análise dos Dados do Proprietário de Empresa de Pequeno Porte

Participou da aplicação do Produto Educacional um empresário, dono de uma empresa de pequeno porte, na cidade de Assis/SP. O participante tem 75 anos de idade, é casado e pai de três filhos, sendo que dois filhos trabalham com ele na empresa. Antes de empreender seu próprio negócio, trabalhou na multinacional White Martins, uma das maiores fornecedoras do mundo no segmento de gases industriais e medicinais.

Seu empreendimento possui mais de 30 anos de atividades comerciais em revenda de produtos de solda, ferramentas manuais, elétricas e à combustão, além da prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos. Ali trabalham por volta de 20 funcionários entre os setores de atendimento, cobrança e assistência técnica.

O empresário foi convidado a participar da aplicação do Produto Educacional por ser conhecido do pesquisador e por sua experiência administrativa e empreendedora.

Isso ocorreu entre os dias 2 e 12 de abril de 2016, com a entrega da primeira versão do Produto Educacional para leitura. Posteriormente, houve a aplicação de um questionário, com dez questões objetivas e dissertativas, as quais visavam coletar informações: se o material, em sua composição, possuía uma agradável e estimuladora leitura; se as inserções de quadros técnicos auxiliavam na compreensão das informações; se os conteúdos históricos foram compreendidos; se o conceito de empreendedorismo é expressivo; para quem seria indicado o livro; e ainda, que fossem apresentadas sugestões a serem inseridas em uma nova composição da obra. O Apêndice A permite observar maiores detalhes sobre o questionário.

Os resultados apontaram que, para o empresário, o enredo promoveu uma agradável e instrutiva leitura, pois a história instiga o leitor a buscar as respostas dos conflitos da obra nas páginas seguintes; também os personagens retratam uma família comum com problemas e sonhos a realizar e a inserção de quadros técnicos é uma ideia “genial” segundo ele, além da quantidade deles ser suficiente. O empresário relatou que indicaria esse livro a estudantes, amigos, familiares e outros empresários.

Para ele, a paciência e a persistência são as mensagens que a obra reflete como estímulo aos jovens, preparando-os para o mundo competitivo em que vivem. Quanto ao conteúdo de História, justificou a boa narrativa, revelando fatos importantes. No tocante ao conceito de empreendedorismo e sua experiência a partir da leitura, expôs a compreensão no âmbito da oportunidade aliar-se ao conhecimento, e a necessidade de agregá-los aos objetivos, de superar dificuldades que o mundo do trabalho impõe.

Na avaliação geral do empresário, a obra subsidia o conhecimento histórico local, associando-se ao conceito de empreendedorismo para possibilitar às novas gerações o conhecimento sobre fatos e conceitos importantes. No Apêndice E, é possível uma visualização específica das respostas.

4.1.2 Análise dos dados do consultor de empresas

Como outro avaliador do Produto Educacional, convidamos um Consultor de empresas que atualmente possui um empreendimento de consultoria na cidade de Bauru/SP. O participante tem 60 anos de idade, é casado e pai de três filhos. Possui formação como Engenheiro Operacional Elétrico pela FEB/UNESP com Especialização em Marketing, pela FAAP, e MBA em Marketing, pela FGV. Sua trajetória profissional inclui 2 anos de consultoria Interna no Sebrae, e 12 anos de serviços externos para o Sistema Sebrae – CIESP.

O consultor foi convidado a participar da aplicação do Produto Educacional por ser conhecido do pesquisador e por sua grande experiência em consultoria e fomento do empreendedorismo.

A aplicação ocorreu entre os dias 9 e 19 de abril de 2016, com a entrega da primeira versão do Produto Educacional para leitura e posterior aplicação de um questionário, contendo dez questões objetivas e dissertativas, as quais visavam coletar informações: se o material, em sua composição, possuía uma agradável e estimuladora leitura; se as inserções de quadros técnicos auxiliavam na compreensão das informações; se os conteúdos históricos foram compreendidos; se o conceito de empreendedorismo era expressivo; para quem seria indicado o livro e, ainda, que fossem apresentadas sugestões a serem inseridas em uma nova composição da obra. Maiores detalhes sobre o questionário estão disponíveis no Apêndice A.

A avaliação do consultor apontou que o enredo trata de uma história com simplicidade, mostrando sua grande representatividade para a população brasileira. Quanto à inserção de quadros técnicos, em sua opinião são extremamente informativos e auxiliam a compreensão da narrativa, contendo o número suficiente de quadros para a obra. Sugeriu, ainda, que a utilização do livro seja direcionada a estudantes. A compreensão da mensagem do livro, pelo consultor, baseou-se na busca de informações, construção de uma rede de contatos, perseverança diante dos objetivos e foco nas atitudes. O avaliador ressaltou que o conteúdo histórico elucida fatos que auxiliam na compreensão geral da História e que o conteúdo específico de empreendedorismo se encontra presente em todo o enredo, em virtude das metas e objetivos a serem atingidos pelos personagens fictícios e pelos personagens históricos.

Na sua avaliação geral, a obra emana simplicidade e, ao mesmo tempo, é completa, sendo uma ferramenta de grande valia, fornecendo informações básicas para um futuro empreendedor realizar seus objetivos. Maiores detalhes sobre as respostas são demonstrados no Apêndice E.

4.1.3 Análise dos dados dos docentes de História

Para que o Produto Educacional fosse avaliado por profissionais da educação, convidamos dois docentes da disciplina de História para realizarem uma avaliação do enredo, no que diz respeito à sua composição possuir: uma agradável e estimuladora leitura; se as inserções de quadros técnicos auxiliam na compreensão das informações; se os conteúdos históricos foram compreendidos; se o conceito de empreendedorismo é expressivo; para quem seria indicado o livro; e, ainda, que fossem apresentadas sugestões para serem inseridas a nova composição da obra (Apêndice A).

Os dois professores da disciplina de História possuem experiência docente de mais de 10 anos na rede pública de ensino do estado de São Paulo. O primeiro avaliador do Produto Educacional tem 46 anos de idade, reside na cidade de Assis/SP e em seu nível de escolaridade possui especialização.

Ele foi convidado a participar da aplicação do Produto Educacional por possuir as exigências estabelecidas nesta pesquisa (tópico 3.2.1.2). A avaliação ocorreu entre os dias 17 de abril e 8 de maio de 2016, com a entrega da primeira versão do Produto Educacional para leitura e posterior aplicação de dois questionários.

De acordo com a avaliação do primeiro professor, o enredo estabelecido no Produto Educacional se construiu de forma agradável e envolvente, refletindo situações reais do universo infantojuvenil, muito bem representados pelos personagens e suas características marcantes: como a mãe ser ranzinza, o filho possuir dúvidas (visto ser adolescente) e o pai personificar no filho sonhos de realização pessoal.

Para esse docente, os quadros técnicos compõem uma ferramenta de direcionamento das ações do autor e constituem fonte de pesquisa essencial para ampliar o conhecimento específico; além disso, considerou suficiente a quantidade de quadros técnicos na obra.

Ele identificou como mensagem principal do Produto Educacional a necessidade dos educandos compreenderem sua origem para definirem seu destino. Em sua concepção, ele indicaria a leitura da obra para estudantes, amigos, familiares e empresários de pequeno porte.

Na avaliação específica referente ao conteúdo de História, o professor sinalizou como positiva a inserção da História local ser atrelada a fatos de conjuntura mais abrangente do universo nacional e mundial.

A análise docente do conteúdo de empreendedorismo demonstrou que o exposto sobre o assunto, no Produto Educacional, fornece informações técnicas esclarecendo o conceito.

Em sua avaliação geral sobre o Produto Educacional, o primeiro professor avaliou o enredo como bom e envolvente por retratar situações do universo familiar e educacional brasileiro, ressaltando o requinte de detalhes dos personagens. Para o avaliador, a interdisciplinaridade está muito presente em todo o enredo da obra, demonstrando um aspecto de construção do conhecimento para o leitor de forma simples e clara. Maiores detalhes sobre as respostas encontram-se no Apêndice E.

Na análise do segundo questionário aplicado aos docentes de História, referente à utilização de livros paradidáticos (Apêndice B), notamos que o primeiro professor, por considerar a competência leitora em sua avaliação dos discentes, afirmou que faz uso de livros paradidáticos em uma quantidade superior a cinco vezes no decorrer do ano letivo. Como positivo na utilização de livros paradidáticos, destacou o agregamento de conhecimentos por uma ótica diferenciada sobre os conteúdos escolares e; como dificuldade, comentou a linguagem técnica.

O docente informou, também, que trabalha com conteúdos de História que privilegiem a História local e que a interdisciplinaridade faz parte de seu cotidiano profissional, unindo seus conhecimentos com os profissionais que ministram as disciplinas de Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes e Português. Maiores detalhes sobre as respostas estão disponíveis no Apêndice F.

O segundo professor que avaliou o Produto Educacional tem 36 anos de idade, reside na cidade de São Paulo/SP, exerce também a atividade de gestão na rede municipal de ensino como Vice-Diretor de escola e quanto ao seu nível de escolaridade, possui especialização. O convite para participar da avaliação do Produto Educacional se deu por possuir as exigências estabelecidas por este estudo (tópico 3.2.1.2) e por ser conhecido do pesquisador.

A avaliação ocorreu entre os dias 17 e 27 de abril de 2016, com a entrega da primeira versão do Produto Educacional para leitura, e posterior aplicação de dois questionários.

De acordo com o segundo docente, a construção do enredo se tornou muito interessante ao revelar aos poucos os desdobramentos do conteúdo da história. O professor avaliou a caracterização e os conflitos do romance infantojuvenil de maneira positiva, e considerou a narrativa ajustada diante do estímulo à leitura. O docente avaliou a inserção de quadros técnicos como uma proposta muito interessante, mas assinalou como insuficiente a quantidade destes no capítulo sobre empreendedorismo.

O avaliador identificou a cultura empreendedora como mensagem principal do Produto Educacional, mas ressaltou que essa cultura não está muito bem inserida no Brasil. A indicação de leitura da obra, segundo o avaliador, se destinaria a estudantes, amigos, familiares e empresários de pequeno porte.

Avaliando o conteúdo específico de História, ele acredita que o Produto Educacional auxilia na compreensão dos fatos históricos narrados na obra a partir da contextualização inserida na fala dos personagens. Na sua análise, do empreendedorismo, ressaltou a correlação historiográfica ao conceito de empreendedor baseado no desenvolvimento da cidade de Assis/SP.

Em sua avaliação geral, o segundo professor afirmou que o Produto Educacional, contempla a determinação constitucional, ao prestigiar o mundo do trabalho, apresentando uma ferramenta que promove uma educação mais dinâmica e liberal e sedimenta a cultura do empreendedorismo que ainda é incipiente no país. Maiores detalhes sobre as respostas estão demonstrados no Apêndice E.

Na análise do segundo questionário aplicado aos professores de História, referente à utilização de livros paradidáticos (Apêndice B), o segundo docente expôs trabalhar pouco com livro paradidático, mesmo afirmando que a competência leitora dos estudantes é relevante em sua avaliação. O avaliador assinalou trabalhar apenas uma vez no decorrer do ano letivo com livro paradidático. E como justificativa para a pouca utilização dessa ferramenta, apontou a questão financeira da rede pública de ensino, que não adquire número suficiente de livros.

O segundo professor alegou que não trabalha com conteúdos de História local por não possuir material específico, mas que sempre procurou comentar sobre o assunto da historiografia local em suas aulas. Quanto à interdisciplinaridade, o

professor a exerce, dependendo do conteúdo e ano/série em que for necessário ser trabalhado. As disciplinas que costuma aliar ao exercício interdisciplinar são: Geografia, Sociologia, Ciências e Artes. Maiores detalhes sobre as respostas encontram-se no Apêndice F.

4.1.4 Análise dos dados dos estudantes

A aplicação do Produto Educacional com os estudantes ocorreu na instituição Etec “Pedro D’Arcádia Neto”, situada na cidade de Assis-SP. Essa instituição escolar oferta os cursos de Ensino Médio e Técnico nos períodos matutino e noturno, referidamente. A aplicação ocorreu nessa escola por ser uma instituição pública, onde o pesquisador encontrou auxílio por parte da coordenação pedagógica e direção em todo o processo.

A apresentação do Produto Educacional à coordenação pedagógica ocorreu no dia 22 de abril de 2016. A coordenadora também exerce a função docente na disciplina de História além de lecionar no curso técnico de Administração. Ao receber a explicação sobre o P.E., demonstrou grande interesse e prontamente nos organizamos para que a aplicação ocorresse.

No dia 29 de abril de 2016, no período noturno, reuniram-se novamente o pesquisador, a coordenação e a direção da instituição para definir os detalhes da aplicação, no que diz respeito a: conteúdo geral da aplicação; documentação para autorização; divulgação aos pais e aos estudantes.

Definimos, desse modo, que a aplicação, seria por intermédio de um curso de 30 horas, com a apreciação dos estudantes de materiais iconográficos referentes à História da cidade de Assis, e sobre a trajetória de pessoas empreendedoras, bem como a leitura minuciosa do Produto Educacional e a aplicação de questionários.

A documentação para autorização da pesquisa com os estudantes foi composta, primeiramente, de um termo de assentimento e, posteriormente, encaminhado aos pais um termo de consentimento livre e esclarecido.

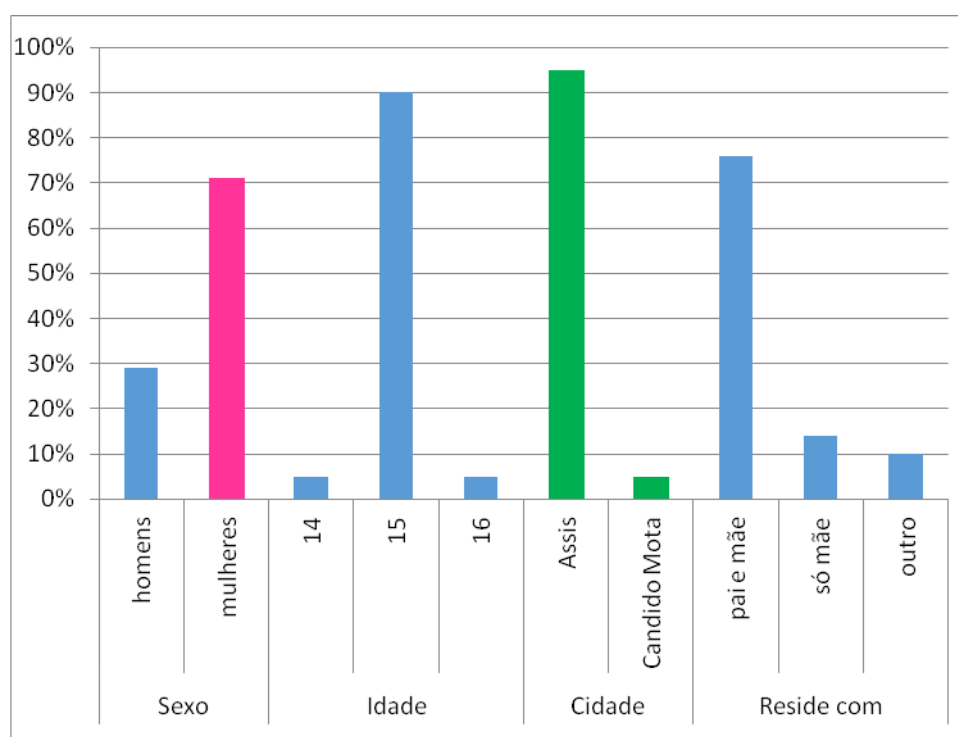
A divulgação aos pais ocorreu no dia 30 de abril de 2016, durante uma reunião promovida pela escola, a qual disponibilizou-nos espaço para a transmissão dos objetivos do trabalho de pesquisa e aplicação do Produto Educacional.

Com os estudantes, promovemos a divulgação no dia 6 de maio de 2016, no período de aulas, a fim de expor o Produto Educacional, bem como os objetivos e necessidades para a aplicação, que ocorreu no período de 9 a 13 de maio de 2016,

no período da tarde, na sala 7 da instituição supracitada, com 21 estudantes. Em um primeiro momento nos apresentamos, descrevemos o projeto de pesquisa, e, posteriormente, realizamos a apresentação dos estudantes. Como forma de coletar informações descritivas familiares e dos conceitos preliminares sobre empreendedorismo dos estudantes, entregamos um questionário (Apêndice C), com o objetivo de diagnosticar o sexo, a idade, o local e com quem os estudantes residem.

Por meio das respostas, constatamos que a maioria dos participantes é do sexo feminino, compondo 15 mulheres (71% dos estudantes), a faixa etária dos estudantes é de 15 anos (90%), apenas um participante (5%) não reside na cidade de Assis/SP. O núcleo familiar demonstra que a maioria dos jovens reside com os pais (76%), uma parcela somente com a mãe (14%) e outra pequena parcela (10%) possui um núcleo familiar que se diferencia do modelo tradicional, conforme verificado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Dados descritivos dos estudantes

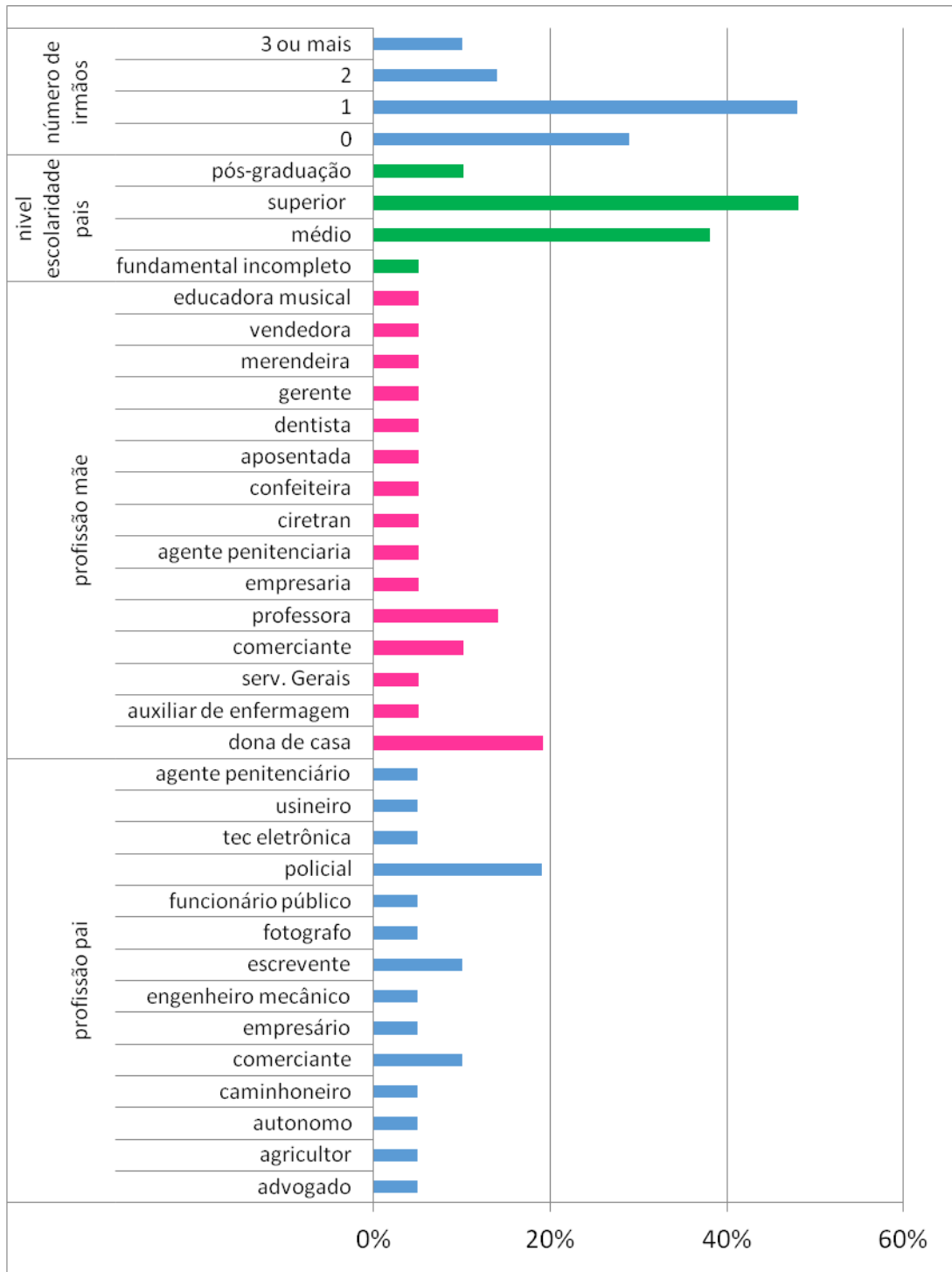


Fonte: Elaborado pelo autor.

As respostas dos estudantes também demonstraram que, em sua maioria, as famílias possuem de um a dois filhos. A escolarização dos pais dos estudantes foi questionada com a finalidade de verificarmos o nível de instrução cultural ao qual os

estudantes estão sujeitos em suas residências. As respostas expuseram que existe a predominância de pais com nível superior, inclusive pais com pós-graduação. Também é expressiva a existência de pais com o Ensino Fundamental incompleto, expondo uma heterogeneidade no grupo dos pais.

Gráfico 2 - Dados descritivos das famílias

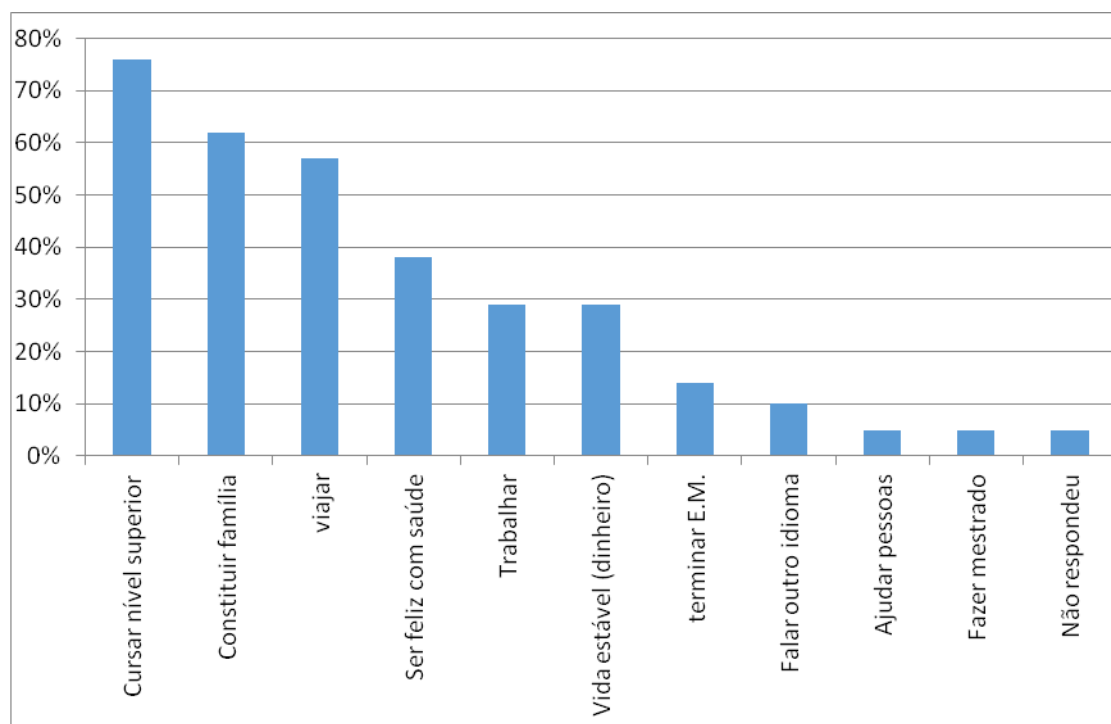


Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando identificamos a profissão exercida pelas mães, as respostas revelaram uma diversidade grande de atribuições, no entanto, a função de dona de casa se sobressaiu, seguida pela profissão de professora.

As profissões dos pais, a exemplo do que revelaram as das mães, também são bastante variadas, com destaque para a ocupação de policial, escrevente e comerciante. Com base nessas informações, foi possível deduzirmos que o nível cultural e socioeconômico dos estudantes enquadra-se na classe média, com exemplos de pessoas que buscam uma formação e o ingresso em serviços públicos e a concepção de um modelo tradicional de formação familiar, conforme verificado no Gráfico 2.

Gráfico 3 - Descrição dos sonhos dos estudantes



Fonte: Elaborado pelo autor.

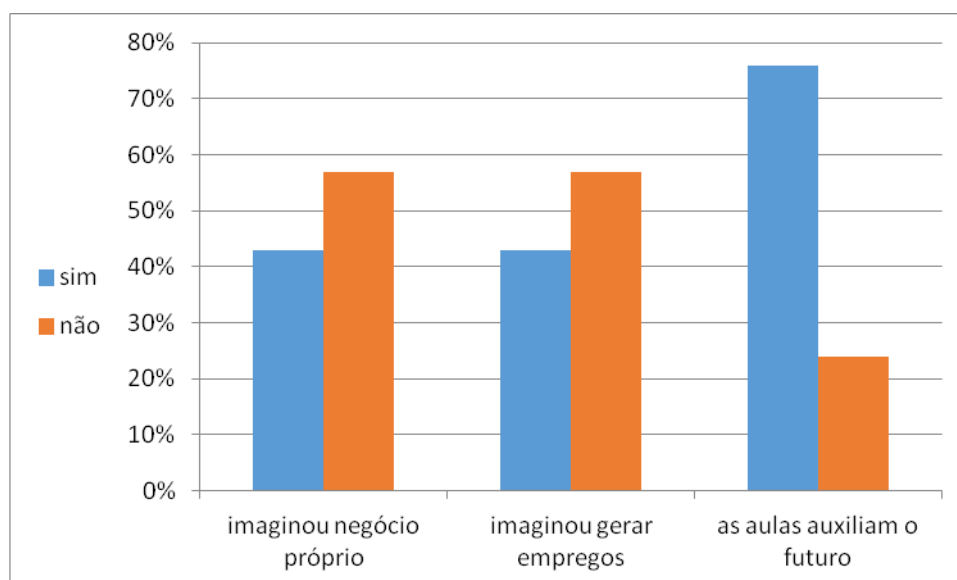
A dedução referente aos exemplos que os alunos possuem em seu núcleo familiar, bem como escolar, direciona os estudantes para a continuidade dos estudos, sendo confirmada essa dedução por meio das respostas ao questionamento referente aos anseios futuros dos estudantes, descritos como sonhos. A grande maioria respondeu que sonha ou deseja cursar o nível superior e constituir uma família, deixando em segundo plano o conceito de trabalho e dinheiro.

Entre as respostas, surpreendeu-nos a concepção de um estudante almejar ajudar pessoas, demonstrando um caráter social.

Valendo-nos da coleta de dados com os estudantes, pudemos verificar que a intencionalidade empreendedora está presente quando respondem se já imaginaram possuir seu próprio negócio: 57% dos estudantes afirmaram que sim, e 43% disseram não imaginar possuir seu próprio negócio. Os dados se repetem quando os estudantes são questionados se já se imaginaram gerando empregos, 57% dos estudantes afirmaram que sim, já se imaginaram gerando empregos, ao passo que 43% disseram não. Essa análise expôs uma concepção empreendedora no que se refere ao desejo de possuir um negócio próprio e gerar empregos, mas contradiz as informações presentes na análise do Gráfico 3.

Quando os estudantes foram questionados se as aulas auxiliavam em suas decisões para o futuro, 76% dos estudantes afirmaram que sim, no entanto, 24% informaram não encontrar auxílio nas aulas e conteúdos para definir a trajetória profissional ou acadêmica, conforme mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Dados preliminares dos conceitos empreendedores



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após os estudantes responderem ao primeiro questionário analisado acima, iniciamos a apresentação de um material em vídeo, cujo conteúdo se refere à história da cidade de Assis/SP. No decorrer da apresentação, realizamos intervenções para explicar alguns detalhes e elucidar as dúvidas dos estudantes.

Em um segundo momento, promovemos a apresentação de vídeos sobre pessoas empreendedoras, essa ação auxiliou-nos a objetivar o próximo passo da aplicação do Produto Educacional que foi a leitura do romance infantojuvenil.

A leitura ocorreu de forma compartilhada, na qual cada estudante com um exemplar do Produto Educacional, seguia as orientações do pesquisador quanto ao fracionamento da leitura em capítulos. Durante a leitura, os estudantes podiam grifar, sublinhar e anotar sugestões que, ao final da leitura de cada capítulo, eram expostas. Estas marcações nos auxiliaram nas alterações do texto para a segunda versão do Produto Educacional.

Foram analisados a coerência do título do capítulo com o seu conteúdo, as ilustrações, os quadros técnicos, o enredo e a mensagem apreendida. As atividades foram enriquecedoras para a complementação de detalhes do Produto Educacional, tais como: troca de expressões, clareza nos diálogos e a avaliação da obra propriamente dita.

A cada novo encontro, o número de estudantes aumentava em virtude de, como os próprios estudantes diziam, “fazer invejinha” aos colegas de sala. Os estudantes participantes da aplicação do Produto Educacional relatavam a história aos colegas durante o horário de aulas, instigando que novos estudantes solicitassem a participação na aplicação.

Para estimular ainda mais a curiosidade dos estudantes, criamos um grupo em uma rede social com os participantes da aplicação, com o intuito de inserir “perguntinhas” sobre o enredo, bem como as imagens retratadas no decorrer do dia. Como os alunos não ficavam com o material, ao final de cada dia de aplicação dúvidas sobre a sequência da história sempre eram inseridas nos diálogos do grupo da rede social.

Diariamente, os estudantes se mostraram muito interessados na leitura e também, muito curiosos quanto aos desfechos dos conflitos propostos na obra. No último dia, procedemos à leitura do último capítulo de forma fracionada, assim, cada estudante lia uma frase com a devida entonação que o enredo sugere. O desfecho foi ótimo, promovendo a curiosidade quanto à continuidade do livro em um novo volume.

Após o término da leitura do Produto Educacional e finalizadas as sugestões dos estudantes, aplicamos aos estudantes presentes um questionário que possuía como objetivo: a compreensão sobre empreendedorismo; a análise da necessidade de

como e quando se ensinar o conceito empreendedor; e o impacto da leitura do Produto Educacional no entendimento do conceito empreendedorismo (Apêndice D).

A questão número um, não está presente no Gráfico 5, exposto a seguir, pois sua intencionalidade foi buscar junto aos estudantes, sugestões para o título do Produto Educacional - romance infantojuvenil. A junção de algumas sugestões culminou no título: EM BUSCA DA HISTÓRIA DE UM NOVO TEMPO: UMA CULTURA EMPREENDEDORA, aprovado por todos os estudantes.

Com a questão número dois (Q2), pretendíamos verificar o que os estudantes entendem do conceito empreendedorismo. As respostas revelaram que o conceito de empreendedorismo ainda está muito associado ao investir em um negócio, sendo ele próprio ou não, e obter lucro como retorno do investimento. Assim 33% dos estudantes possuem essa concepção; 19% dos estudantes compreendem que o conceito de empreendedorismo está diretamente relacionado à inovação; 14% acreditam que iniciar um negócio próprio seja a simbologia do conceito de empreendedorismo; outros 14% associaram o conceito de enxergar as oportunidades como algo muito relevante no empreendedorismo. Também 14% afirmaram que o conceito do empreendedorismo está diretamente ligado ao arriscar-se; e apenas 5% acreditam que quando há a necessidade de se recomeçar profissionalmente, o empreendedorismo auxiliaria.

A questão três (Q3) tinha por objetivo verificar o entendimento sobre o perfil de uma pessoa empreendedora. As respostas para essa questão evidenciaram que 43% possuem a compreensão quanto a uma pessoa empreendedora ter um empreendimento próprio; 14% responderam que uma pessoa empreendedora é aquela que inova em atitudes comerciais ou empresariais; 14% dos estudantes afirmaram em suas respostas que acreditam que uma pessoa empreendedora é quem visualiza oportunidades onde a maioria não consegue encontrar soluções para os problemas; 14% dos estudantes responderam que uma pessoa empreendedora é quem arrisca, quem não tem medo de perder tempo e dinheiro, suportaria o fracasso e valorizaria o sucesso; 10 % adjetivaram uma pessoa empreendedora como quem sonhou e realizou, que teve coragem de buscar seus objetivos; e apenas 5% dos estudantes classificaram uma pessoa empreendedora como quem estuda para realizar, demonstrando a ausência da associação da necessidade de se estudar para empreender. Percebemos que os estudantes não dimensionam os obstáculos

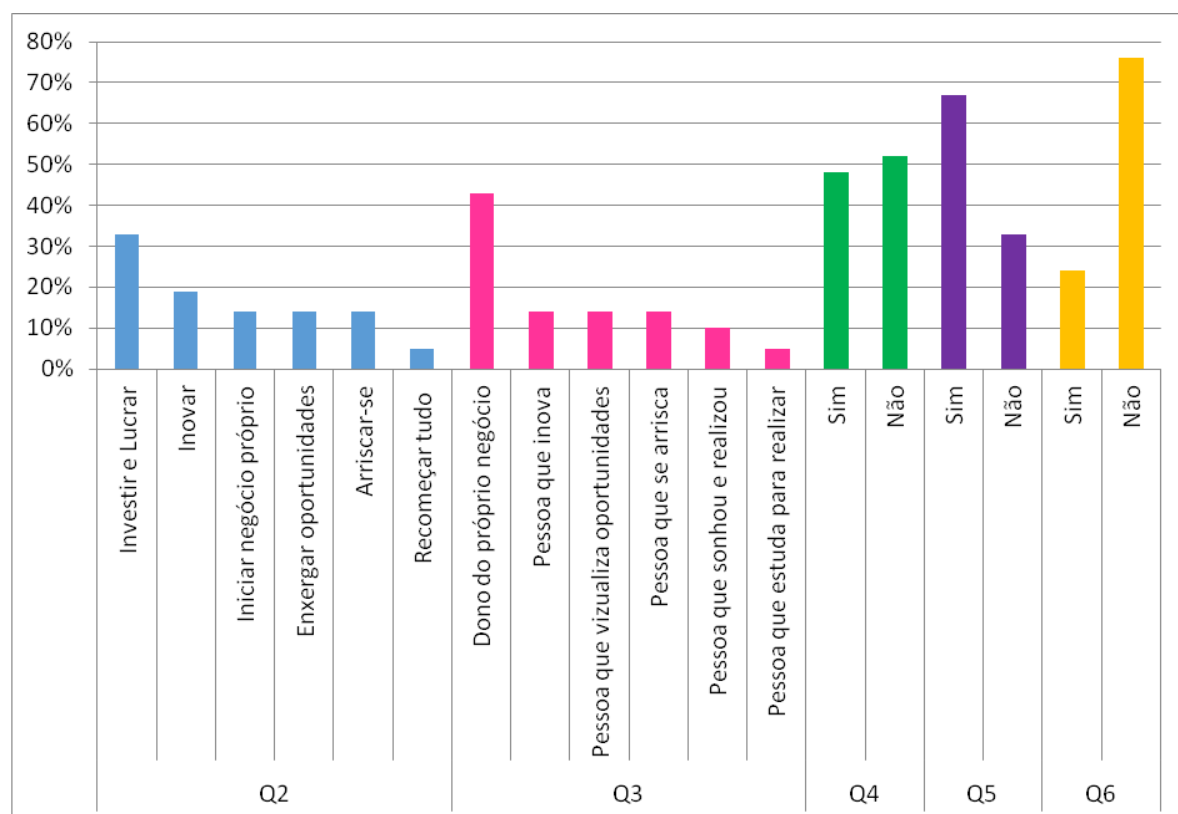
que podem encontrar para empreender e ainda não visualizam a necessidade do preparo técnico, teórico e prático.

A quarta questão (Q4) objetivava verificar se os estudantes conheciam alguém que consideravam um empreendedor, diferentes dos exibidos nos vídeos, alguém com quem convivessem e que pudesse ser exemplo de como, onde e quando empreender. Fato interessante nas respostas dos estudantes a essa pergunta foi o equilíbrio, pois 52% responderam não conhecer alguém empreendedor e 48% afirmaram que conhecem alguém empreendedor, demonstrando a falta de exemplos para que esses estudantes pudessem seguir no conceito do empreendedorismo. Foi possível verificarmos, nas respostas, que poucos exemplos de empreendedores estavam no âmbito familiar, e apenas três respostas citaram familiares como o pai e avós.

Na questão cinco (Q5), questionamos os estudantes se acreditavam possuir características empreendedoras e, em caso afirmativo, quais. O que chama a atenção para as respostas a essa pergunta não é o fato de 67% dos estudantes afirmarem possuir características empreendedoras, mas sim que 33% deles não associaram as características que eles possuem as características empreendedoras como criatividade, determinação, coragem, inteligência, planejamento, disposição. Isso revela o quanto não são estimulados nos estudantes a identificação e o desenvolvimento de tais características empreendedoras, como expressa o Gráfico 5.

Na sexta e última questão (Q6), buscamos saber se os estudantes, por algum motivo, se consideravam empreendedores. As respostas a essa última pergunta nos revelaram que mesmo tendo um contato com alguns dos conceitos empreendedores, no Produto Educacional, e no decorrer da aplicação do referido material, a maioria dos estudantes não se considerou empreendedora, pois 76% responderam não se considerar empreendedor; 24% dos estudantes afirmaram que se consideravam empreendedores. Com base nas respostas, foi possível percebermos que, para eles, o conceito de empreendedorismo não se prende apenas ao negócio próprio. Conceitos como visão de futuro, investimento, planejamento e inovação estão presentes nas justificativas referentes à resposta positiva à questão.

Gráfico 5 - Dados posteriores dos conceitos empreendedores



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi possível verificarmos, em diálogos com os estudantes que participaram da aplicação, que eles atuam em teatros beneficentes, campanhas de arrecadação de alimentos, campanhas de arrecadação de agasalhos e campanhas para um trânsito melhor, evidenciando características de cunho social, planejamento, criatividade, disposição, entre outras que refletem o conceito empreendedor. No entanto, os estudantes não assimilam que possuem essas características, não se considerando empreendedores, conforme verificado no Gráfico 5.

Neste capítulo apresentamos os resultados da análise dados coletados das aplicações do Produto Educacional por meio da leitura e de questionários com questões objetivas e dissertativas. No próximo capítulo, apresentaremos as considerações finais da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este trabalho, a satisfação na superação de cada etapa esteve sempre presente. Até o presente momento, foram 21 meses de dedicação para o cumprimento das disciplinas, elaboração e aplicação do Produto Educacional e composição da Dissertação.

As disciplinas auxiliaram não somente no enriquecimento do conhecimento, mas também como precursoras na construção de artigos e conceitos fundamentais para uma pessoa que almeja crescimento cognitivo, profissional e pessoal, contribuindo, ainda, para a definição do tema do Produto Educacional e do que pretendíamos atingir com essa ferramenta.

O maior desafio foi descrever o conhecimento histórico e empreendedor de forma a subsidiar o leitor e, conseqüentemente, o avaliador sobre os fatos e conceitos de relevante importância, promovendo, a partir do contato com o material produzido, um entendimento, ao mesmo tempo, micro e macro da história local, nacional e mundial, introduzindo o conceito empreendedor de forma técnica e específica para que seu entendimento fosse relevante.

O desenvolvimento do Produto Educacional, bem como sua concretização, somente pôde ser realizado com a efetiva e importante participação de profissionais do ramo empreendedor, docentes que observaram uma nova conjuntura da educação e estudantes que dividiram seus sonhos e anseios para o futuro. Segundo Dolabela (2006, p. 25), “É preciso sonhar e buscar a realização do sonho. Ao agir em busca de concretizar o sonho, o indivíduo é dominado por forte emoção e liberta o empreendedor que existe dentro dele”.

Assim, apresentamos neste capítulo as conclusões desta dissertação e as sugestões que servem de recomendação para a realização de trabalhos futuros.

Sendo o objetivo geral desta pesquisa criar e avaliar a aplicação de uma ferramenta de apoio para o Ensino Médio destinada a professores e alunos da primeira série, na disciplina de História, com a inserção introdutória do conceito de empreendedorismo.

Com o objetivo geral definido, observamos a importância da escola na vida dos estudantes como um espaço de aprendizado, socialização e orientação que os auxilia em sua formação social e profissional. Para tanto, a diversificação das aulas

e o trabalho interdisciplinar favorecem a aquisição de conhecimentos e competências que possam desenvolver nos alunos a autonomia intelectual.

Pontuamos sobre a concepção da herança cultural, desenvolvida por Pierre Bourdieu (1930-2002) em meados de 1960, na França, realizando uma analogia com o presente, no Brasil, sobre a legitimidade da instituição escolar perante as transformações da sociedade, o papel do professor na formação escolar e social dos estudantes, a formação docente e atitudes e valores que devam ser adotados por todos os profissionais da educação, para que a escola possa atualizar-se diante das transformações sociais e contemplar seus objetivos.

Nessa perspectiva, foi selecionado como um dos objetivos específicos identificar a ausência de material paradidático para o ensino de história local da cidade de Assis/SP. Para tanto, inserimos no Produto Educacional e no trabalho de pesquisa (Dissertação), um capítulo com fatos que pudessem narrar a evolução historiográfica da cidade, pelo viés da interdisciplinaridade.

Como outro objetivo específico, propusemos introduzir conceitos de empreendedorismo no ensino de História no Ensino Médio. Como o ensino de empreendedorismo, bem como da cultura empreendedora são compostos de vastos materiais, decidimos trabalhar especificamente, ou seja, abordamos o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade na dissertação. Caracterizamos as diferenças para que o leitor pudesse identificar entre as duas modalidades, respectivamente, quando e onde, se faz necessária a aplicação do conhecimento empreendedor em face das dificuldades econômicas e da oportunidade do desenvolvimento de atitudes inovadoras para uma ascensão social mais progressiva, respeitando os fundamentos ambientais e sociais.

No produto educacional, optamos por uma abordagem mais ampla e objetiva, no que diz respeito à conceituação e modalidades de empreendedorismo. Destacamos, na narrativa, o empreendedorismo nato, por oportunidade, por necessidade e o social.

Ainda como objetivo específico, apresentamos à comunidade um livro paradidático que pudesse ser adaptado para outras áreas. Trata-se, em sua composição, de um material autoexplicativo, cuja utilização para o trabalho interdisciplinar torna-se favorável, visto sua linguagem e organização que valorizam a

capacidade leitora e interpretativa dos estudantes, bem como promove e instiga neles o interesse pela pesquisa e pela cultura empreendedora.

A elaboração do produto educacional respeitou a legislação vigente, em sua composição, e foi adotado uma linguagem que pudesse atingir o público a qual é destinado. Seu enredo procurou abordar características e conflitos sociais cotidianos aos estudantes, bem como a objetividade do ensino dos conceitos históricos e empreendedores.

Sua aplicação foi composta por quatro etapas, em que um proprietário de empresa de pequeno porte, um consultor de empresas, dois professores da disciplina de História e 21 estudantes avaliaram a narrativa nos aspectos empresariais, empreendedores, históricos, literários e formativos. Os resultados demonstraram que o livro infantojuvenil atendeu aos objetivos propostos, despertando nos avaliadores, além das informações referentes aos conteúdos, o prazer pela literatura produzida.

Para a realização de todo o trabalho de pesquisa composto por dissertação e produto educacional, foram necessários intenso estudo, participação e dedicação. Os resultados obtidos, com a produção do romance infantojuvenil, foram de grande valia para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico interdisciplinar. Igualmente, o Produto Educacional foi ao encontro das necessidades de formação e ampliação de conhecimentos dos estudantes, promovendo uma nova significância dos conteúdos históricos e empreendedores.

Esperamos que esta pesquisa, que tem como produto final a criação de um romance infantojuvenil, favoreça o trabalho docente e a aprendizagem dos estudantes, contribuindo com atividades teóricas e práticas no ambiente interior e exterior das instituições escolares, envolvendo também as mais diversas áreas do conhecimento amparadas por projetos interdisciplinares.

Assim, este trabalho não se encerra aqui. A intenção é dimensionar o romance infantojuvenil, além do sudoeste do estado de São Paulo, abrangendo todos que tenham interesse, pelo país inteiro, multiplicando a cultura empreendedora no ambiente educacional.

5.1 Sugestões para trabalhos futuros

- Elaboração de uma sequência didática para auxiliar no trabalho de aplicação do Produto Educacional – romance infantojuvenil: EM BUSCA DA HISTÓRIA DE UM NOVO TEMPO: UMA CULTURA EMPREENDEDORA.
- Desenvolvimento de novos volumes que deem sequência ao primeiro, abrangendo o conceito historiográfico. Primeiramente, a história do estado de São Paulo e o aprofundamento dos conceitos empreendedores.
- Desenvolver e promover a cultura empreendedora em relação aos estudantes da educação básica, principalmente no que tange aos estudantes do Ensino Médio, a fim de desmistificar o conceito de caminho único a seguir após o término do período da educação básica.
- Outras categorias de trabalhos que tenham como base o cunho empreendedor, e que não se desvinculem dos “quatro pilares da educação – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” (UNESCO, 1998, p. 90).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. **O empreendedor é fruto da genética ou precisa de formação?** 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/o-empresendedor-e-fruto-da-genetica-ou-precisa-de-formacao/38325/>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

ASSIS (Município). Portal Prefeitura de Assis. **História**. Disponível em: <<http://www.assis.sp.gov.br/CIDADE?id=19>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

BALANCHO, M. J. S.; COELHO, F. M. **Motivar os alunos, criatividade na relação pedagógica: conceitos e práticas**. 2. ed. Porto, Portugal: Texto, 1996.

BARRERO, M. **Assis de A a Z: A enciclopédia do século 1905-2005**. São Paulo: L2M Comunicação, 2008.

BLOCH, M. **Apologia da História, ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Tradução de Aparecida Joly Gouveia. Paris: **Revue française de sociologie**, 1966.

BRASIL. Conhecimentos de História. In: _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.p. 65-94. (Orientações Curriculares para o Ensino Médio; v. 3).

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 ago. 1998a. Seção 1, p. 21. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/porta/legislacao/RESCNE003_1998.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html>. Acesso em: 5 mar. 2016.

_____. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 6377. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC/SEF, v. 5, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História.** Brasília: MEC/SEF, 1998b.

_____. Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 23 jun. 2009. Seção 1, p. 31. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Revogada-Portaria-Normativa-n_7-22-de-junho-2009-Mestrado-Profissional.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS. **História da cidade.** Disponível em: <<http://www.assis.sp.leg.br/institucional/historia/historia-cidade>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

CAMPANHOLE, A. **História da fundação da cidade de Assis.** São Paulo: Editora Gráfica Latina, 1985.

DANTAS, A. A. **Memória do patrimônio do Assis.** 2. ed. São Paulo: Pannartz, 1980. (Revista Comemorativa ao Centenário da Escitura de Avaré).

DEMO, P. **Desafios modernos da educação.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa.** 30. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

_____. **Pedagogia empreendedora.** São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FAZENDA, I. C. A. **Práticas interdisciplinares na escola.** São Paulo: Cortez, 1991.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Junior: dicionário escolar da língua portuguesa.** Coordenação de Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. Curitiba: Positivo, 2005.

FERREIRA, R. M. **Sociologia da educação.** São Paulo: Moderna, 1993.

FIALA, N.; ANDREASSI, T. As incubadoras como ambientes de aprendizagem do empreendedorismo. **Administração: ensino e pesquisa.** Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 759-783, out./nov./dez. 2013.

FRÂNCIO, S. et al. As características da disciplina de empreendedorismo em IES do Estado de Santa Catarina. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, V., 2008, Rezende/SC. **Anais...** Rezende, SC: Associação Educacional Dom Bosco, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Francio_312_caracteristicas%20disciplina%20empreendedorismo.pdf. Acesso em: 20 mar. 2016.

FUNDAÇÃO ASSISENSE DE CULTURA. **História de Assis**. Assis: FAC. Disponível em: <<http://www.bibliotecadeassis.sp.gov.br/assis.htm>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRANDO, N. (Org.). **Empreendedorismo inovador**: como criar startups de tecnologia no Brasil. São Paulo: Évora, 2012.

LAGO, R. M.; CAMPOS, L. B. P.; SANTOS, E. **As cartas de Tsuji**: a história de um pesquisador e seus alunos criando uma empresa de base tecnológica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LEITE, E. F. **O fenômeno do empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LIBÂNIO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?**: novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBERATO, A. C. T. **Empreendedorismo na escola pública**: despertando competências, promovendo a esperança. 2007. Disponível em: <http://oei.es/etp/empreendedorismo_escola_publica_teixeira.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2016.

LOPES, R. M. A. **Educação empreendedora**: conceitos, modelos e prática. São Paulo: Elsevier, 2010.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Verbetes paradigmáticos. Dicionário Interativo da Educação Brasileira. **Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/paradidaticos/>>. Acesso em: 3 maio 2016.

MIZUKAMI, M. G. M. et al. **Escola e aprendizagem da docência**: Processos de investigação e formação. São Carlos: EduFSCar, 2010.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papyrus, 1997.

PARANÁ. Ministério da Educação. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Instrução Normativa nº 06**, de 24 de novembro de 2015. Dispõe sobre a política de licenciamento e direitos autorais da produção intelectual relativa à Dissertação de Mestrado e do Produto Educacional, necessários à obtenção do título de mestre no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza – PPGEN, Câmpus Londrina. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/londrina/cursos/mestrados-doutorados/Ofertados-neste-Campus/mestrado-profissional-em-ensino-de-ciencias-humanas-sociais-e-da-natureza/regulamentos/instrucao-normativa-06-2015-ppgen>>. Acesso em: 9 maio 2016.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias, Ensino Fundamental e Médio.** Coordenação geral de Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2012.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 4, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SEBRAE. **Memorial SEBRAE: História.** Disponível em: <<http://memorial.sebrae.com.br/historia/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

SOFTEX. **Sobre a Softex.** Disponível em: <<http://www.softex.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

SOUZA, B. J. **Criando uma cultura empreendedora no Brasil.** 20. ed. Curitiba: 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Metodologia da pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.S., 2009.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

TYLOR, E. B. **Primitive culture, researches into the development of mythology, philosophy, religion, art and custom.** London: John Murray, Albemarle Street. 1871. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=AucLAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 mar. 2016.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI.** São Paulo: Cortez, 1998.

UNIVERSIDADE PAULISTA. **Dados institucionais.** Assis. Disponível em: <http://www.unip.br/universidade/dados_institucionais.aspx>. Acesso em: 9 jun. 2016.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos.** Curitiba: UTFPR, 2009. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/normas_trabalhos_utfpr.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.

APÊNDICE A - Questionário Geral**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA NATUREZA – PPGEN – Câmpus Londrina - PR**

Com este questionário pretende-se recolher informações acerca de opiniões e concepções de um romance infantojuvenil que tem como propósito tornar-se um Produto Educacional. Este instrumento metodológico enquadra-se em uma investigação no âmbito do Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Londrina, a fim de que seja possível produzir a respectiva dissertação. Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação das outras respostas. A sua opinião é muito importante.

Obrigado pela colaboração.

José Carlos Zironi

Análise literária:

Nome: _____ Data: __ / __ / 2016.

Análise de enredo:

a) O enredo promove uma agradável leitura?

() Sim

() Não

Comente:

b) Você acha que os personagens estão bem caracterizados e ajustados ao enredo da narrativa?

c) Os principais conflitos da história do livro estimulam a continuar a leitura?

d) Qual sua opinião sobre a inserção de quadros técnicos no decorrer da história? Eles auxiliam na compreensão da história?

e) Quanto à quantidade de quadros técnicos:

() Insuficiente () Suficiente () Demasiado ()
Outro_____

f) Você indicaria a leitura desse livro para alguém?

() Estudantes () Amigos () Familiares () Empresário de Pequeno Porte

g) Qual a mensagem apreendida com a obra?

APÊNDICE B - Questionário dos Professores**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA NATUREZA – PPGEN – Câmpus Londrina – PR**

Com este questionário pretende-se recolher informações acerca de opiniões e concepções do romance infantojuvenil com educadores que ministram a disciplina de história. Este instrumento metodológico enquadra-se em uma investigação no âmbito do Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Londrina, a fim de que seja possível produzir a respectiva dissertação. Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação das outras respostas. A sua opinião é muito importante.

Obrigado pela colaboração.

José Carlos Zironi

Questionário**Data: ___ / ___ / 2016**

1- Em qual instituição de ensino você trabalha?

2- Sexo: () Feminino () Masculino

3 – Idade: _____ anos.

4 – Tempo de exercício de docência:

() menos de cinco anos () mais de cinco anos () mais de dez anos

5- Nível de escolarização:

() Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado () Outro

6- No decorrer do ano letivo, quantas vezes você faz uso de livros paradidáticos em suas aulas?

- () não faço uso **[Se não faz uso vá para a questão 9]**
() uma vez
() de duas a três
() mais de cinco

7- Você encontra dificuldades para trabalhar com livros paradidáticos?

- () Sim

Qual(is) _____

- () Não

8 – Em sua opinião a utilização de livros paradidáticos auxilia o ensino interdisciplinar?

- () Sim
() Não

Justifique.

9- A competência leitora dos estudantes é levada em consideração em suas avaliações?

- () Sim
() Não

10- Ao ministrar o conteúdo de História, você trabalha conceitos da história local?

- () sim
() não

Justifique sua resposta:

11 – Você costuma trabalhar a interdisciplinaridade?

() Sim

Qual(is) disciplinas?

() Não

APÊNDICE C - Questionário dos Alunos: 1

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA NATUREZA – PPGEN – Câmpus Londrina – PR

Com este questionário pretende-se recolher informações acerca de opiniões e concepções do romance infantojuvenil com estudantes do Ensino Médio. Este instrumento metodológico enquadra-se em uma investigação no âmbito do Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Londrina, a fim de que seja possível produzir a respectiva dissertação. Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação das outras respostas. A sua opinião é muito importante.

Obrigado pela colaboração.

José Carlos Zirondi

Questionário**Data: ___ / ___ / 2016**

1 – Qual seu **primeiro** nome?

2 – Qual sua idade?

3 – Em qual cidade mora?

4 – Você mora com:

() Pai e mãe () Somente a mãe () Somente o pai () Avô e Avó () Somente Avô () Somente avó () Outros:

5 – Qual(is) a(s) profissão(ões) do(s) seu(s) pai(s) ou responsável(is)?

6 – Qual o nível de escolarização do(s) seu(s) pai(s) ou responsável(is)?

- Analfabeto
- Ensino Fundamental incompleto (1º ao 9º ano)
- Ensino Fundamental completo (1º ao 9º ano)
- Ensino Médio incompleto (1º ao 3º ano)
- Ensino Médio completo (1º ao 3º ano)
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-Graduado

7 – Você possui irmãos?

- Não 1 irmão dois irmãos 3 ou mais irmãos.

8 – Quais são seus sonhos? Enumere em prioridade.

9 – Você pensa em o que vai fazer no futuro? Comente.

10 – Você já se imaginou criando um negócio próprio?

11 – Você já se imaginou gerando empregos para pessoas da sua comunidade?

12 – Suas aulas auxiliam-no a definir seu futuro após, o término do Ensino Médio?

APÊNDICE D - Questionário dos Alunos: 2**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA NATUREZA – PPGEN – Câmpus Londrina – PR**

Com este questionário pretende-se recolher informações acerca de opiniões e concepções do romance infantojuvenil com estudantes do Ensino Médio. Este instrumento metodológico enquadra-se em uma investigação no âmbito do Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Londrina, a fim de que seja possível produzir a respectiva dissertação. Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação das outras respostas. A sua opinião é muito importante.

Obrigado pela colaboração.

José Carlos Zirondi

Após a leitura do romance infantojuvenil responda às questões propostas.

1 – Qual a sua sugestão de título para o livro?

2 – O que você entende por empreendedorismo?

3 – O que você entende quando se fala que uma pessoa é “empreendedora”?

4 – Você conhece alguém empreendedor? O que ele faz?

5 – Você tem características empreendedoras? Quais?

6 - Você se considera um empreendedor?

APÊNDICE E - Quadro de Respostas: 1

Para facilitar a compreensão, a análise das respostas e preservar a identidade, os informantes foram divididos em EPP (Empresário de Pequeno Porte), C (Consultor), P1 (Professor 1) e P2 (Professor 2). Todas as respostas foram transcritas literalmente, sem qualquer correção ou observação.

O Quadro 1 apresenta as respostas para a questão 1.

Quadro 1 - O enredo promove uma agradável leitura?

EPP	C	P1	P2
“Agradável leitura”.	“História simples, rotineira que pode representar facilmente o que vivem as famílias brasileiras”.	“Na medida que envolve situações tão reais do universo infantojuvenil, como vida escolar, frustrações, amores, desamores, amizades, família, futuro, são algumas das mazelas reais que o enredo põe a beira das discussões, por outro lado, a história local evidenciada de forma sutil, porém com um objetividade e de	“A construção do enredo é interessante ao desvelar aos poucos, ou quando apenas o autor pretende, a sequência da trama com os seus desdobramentos”.

		fácil entendimento deixando entender como um enredo agradável e envolvente”.	
--	--	--	--

O Quadro 2 apresenta as respostas para a questão 2.

Quadro 2 - Você acha que os personagens estão bem caracterizados?

EPP	CS	P1	P2
“Estão muito bem, uma família com todos os problemas e com sonhos a realizar”.	“Sim”.	“Sim, acho que ficou ajustado dentro das especificidades de cada um”.	“Sim”.

O Quadro 3 apresenta as respostas para a questão 3.

Quadro 3 – Os principais conflitos da história do livro estimulam você a continuar a leitura?

EPP	CS	P1	P2
“Sim, quando a história é agradável o leitor quer sempre ir à página seguinte para encontrar	“Sim”.	“Sim, a princípio a história fica morna a questão da mãe raziña chama a atenção, com o amor pelo cão, o conflito	“Sim”.

respostas e fatos novos”.		interno do Pedro em relação as incertezas futuras como a realização do sonho do pai personificado no filho, são situações reais que estimulam escolhas motivados ou até mesmo escolhas errôneas”.	
---------------------------	--	---	--

O Quadro 4 apresenta as respostas para a questão 4.

Quadro 4 – Qual sua opinião sobre a inserção de quadros técnicos no decorrer da história? Eles auxiliam sua compreensão?

EPP	CS	P1	P2
“Uma ótima ideia, genial, pois auxiliam na compreensão da história. Os fatos são narrados com muita clareza. O que torna a leitura muito agradável e instrutiva”.	“Os quadros técnicos são extremamente informativos; sim eles auxiliam para compreensão da história e alertam para que existe quase sempre alguma alternativa e que o conhecimento é com certeza uma	“Sim, pois dependendo do leitor serve como uma fonte de pesquisa que alarga os conhecimentos, como também contextualiza tais informações dentro do enredo, ficando mais evidente onde o	“Sim. Na Proposta didática da obra é muito interessante”.

	grande riqueza”.	autor sinaliza suas próximas ações”.	
--	------------------	--------------------------------------	--

O Quadro 5 apresenta as respostas para a questão 5.

Quadro 5 - Quanto à quantidade de quadros técnicos:

() Insuficiente () Suficiente () Demasiado () Outro_____

EPP	CS	P1	P2
“Suficiente”.	“Suficiente”.	“Suficiente”.	“Insuficiente”.

O Quadro 6 apresenta as respostas para a questão 6.

Quadro 6 - Você indicaria a leitura desse livro para alguém?

() Estudantes () Amigos () Familiares () Empresário de Pequeno Porte

EPP	CS	P1	P2
“Estudantes, Amigos, Familiares, Empresário de Pequeno Porte”.	“Estudantes”.	“Estudantes, Amigos, Familiares, Empresário de Pequeno Porte”.	“Estudantes, Amigos, Familiares, Empresário de Pequeno Porte”.

O Quadro 7 apresenta as respostas para a questão 7.

Quadro 7 - Qual a mensagem apreendida com a obra?

EPP	CS	P1	P2
“Paciência para ter uma vida harmoniosa, nunca deixar de sonhar com um futuro melhor,	“Busca de informações, rede contatos, perseverança e foco”.	“Há um futuro certo e confiável para nossos educandos, porém devemos saber de onde	“A mensagem apreendida com a obra está relacionada com a afirmação de uma cultura

mais feliz, e um incentivo para os jovens a estudar muito, se prepararem para um mundo cada vez mais competitivo”.		viemos e então saberemos com propriedade para onde vamos”.	empreendedora que não está muito bem inserida no Brasil”.
--	--	--	---

O Quadro 8 apresenta as respostas para a questão 8.

Quadro 8 - A leitura do livro auxilia na compreensão dos fatos históricos narrados na obra?

EPP	CS	P1	P2
“Os fatos históricos são muito bem narrados e as inserções fazem toda diferença esclarecendo pontos totalmente desconhecidos ao grande público”.	“Sim – pois da luz a fatos que apenas tendo esse conhecimento compreende-se a história”.	“Além da história local explicitamente discutida no livro vemos também suas ligações com fatos de conjuntura mais abrangentes, como Coluna Prestes, Segunda Guerra Mundial, Migrações decorrentes de várias situações, entre outras”.	“A partir da contextualização inserida na fala das personagens”.

O Quadro 9 apresenta as respostas para a questão 9.

Quadro 9 - Para você, o conceito de empreendedorismo ficou claro no livro? Comente.

EPP	CS	P1	P2
“Grandes desafios é o que o empreendedor enfrenta, tenha oportunidade ou necessidade. Na oportunidade junta-se uma ideia, conhecimento e recursos; na necessidade a família toda se junta com o único objetivo, vencer ou vencer”.	“Sim. Este conceito está presente em toda a obra, pois, da história em si da família, suas dificuldades, os amigos até a narrativa do desbravar da história real do município e região, o Empreendedorismo mesmo com exageros de violência tinha em suas necessidades alguma meta ou objetivos a serem atingidos”.	“Sim, o conceito de empreendedorismo fica explícito em diálogos travados entre pai (Odair) e seu filho (Pedro), exemplo são discutidos e informações técnicas auxiliam e deixam claro tal conceito”.	“Sim. Dentro das falas das personagens e a correlação historiográfica que marca a história do desenvolvimento da cidade de Assis”.

O Quadro 10 apresenta as respostas para a questão 10.

Quadro 10 - Avalie o livro e faça um breve comentário.

EPP	CS	P1	P2
“Gostei muito, estou em Assis há uns cinquenta	“Uma obra simples porém completa que	“O livro em si tem um bom enredo que envolve o	“O livro, como uma proposta didática, com a intenção de

<p>anos e não tinha conhecimento de muitos fatos narrados em sua história. Muito se fala que o brasileiro não tem memória e este livro conta a história de Assis e parte da região, permitindo que novas gerações conheçam a história e aprendam a respeitar e honrar seus antepassados”.</p>	<p>com certeza é de grande valia para fornecer por inteiro todas as informações necessárias para um empreendedor realizar com mais segurança e eficiência seus voos na seara de empreender”.</p>	<p>leitor com situações familiares ao universo educacional no Brasil nos dias atuais. As personagens são descritas com requinte de detalhes. Talvez mais comentários ou discussão provocada com particularidades sobre a presença da família em pertencer a uma classe média. Sobre o capítulo que discute empreendedorismo ficou fantástico, pois de forma simples traduz uma mensagem que em muitas vezes falta em nossas salas de aula, por vários motivos internos a escola e também externos. O indício</p>	<p>iniciar o público mais jovem dentro de questões relacionadas com o mundo do trabalho, que inclusive é uma proposição da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional entre outros dispositivos legais, tem o objetivo de corroborar com uma educação voltada ao dinamismo liberal e social ao mesmo tempo, procurando esclarecer e sedimentar uma nova cultura, que hoje no Brasil é ainda incipiente, que é a cultura do empreendedorismo, que algumas poucas instituições procuram apoiar, como é o caso do SEBRAE”.</p>
---	--	--	---

		<p>de um trabalho que promove o aspecto interdisciplinar quanto a produção do conhecimento ficou claro. Enfim, seria um livro que eu indicaria ao aluno e aos pais dos alunos principalmente”.</p>	
--	--	--	--

APÊNDICE F - Quadro de Respostas: 2

Para facilitar a compreensão, a análise das respostas e preservar a identidade, os respondentes foram divididos em P1 (Professor 1) e P2 (Professor 2). Todas as respostas foram transcritas literalmente, sem qualquer correção ou observação.

O Quadro 1 apresenta as respostas para a questão 1.

Quadro 1 - Em qual instituição de ensino você trabalha?

P1	P2
Será preservada a identidade pelo pesquisador. Instituição pertencente à Diretoria de Ensino da Região de Assis/SP	Será preservada a identidade pelo pesquisador. Instituição localizada na cidade de São Paulo/SP

O Quadro 2 apresenta as respostas para a questão 2.

Quadro 2 - Sexo:

P1	P2
Masculino	Masculino

O Quadro 3 apresenta as respostas para a questão 3.

Quadro 3 - Idade:

P1	P2
46	36

O Quadro 4 apresenta as respostas para a questão 4.

Quadro 4 - Tempo de exercício de docência:

() menos de cinco anos () mais de cinco anos () mais de dez anos

P1	P2
Mais de dez anos	Mais de dez anos

O Quadro 5 apresenta as respostas para a questão 5.

Quadro 5 - Nível de escolarização:

() Graduação () Especialista () Mestrado () Doutorado () Outro_____

P1	P2
Especialista	Especialista

O Quadro 6 apresenta as respostas para a questão 6.

Quadro 6 - No decorrer do ano letivo, quantas vezes você faz uso de livros paradidáticos em suas aulas?

() não faço uso [**Se não faz uso vá para a questão 9**]

() uma vez

() de duas a três

() mais de cinco

P1	P2
Mais de cinco	Uma vez

O Quadro 7 apresenta as respostas para a questão 7.

Quadro 7 - Você encontra dificuldades para trabalhar com livros paradidáticos?

() Sim – Qual(is)

() Não

P1	P2
Sim. Muitas vezes, os livros paradidáticos, traduzem uma linguagem	Sim. Na maioria das vezes se a Escola não possui uma quantidade

muito técnica, se distanciando das práticas teóricas, que podem embasar nossa atividade didática em sala de aula.	significativa para abordagem do livro paradidático, ao menos em grupo, fica muito difícil na Rede Pública o trabalho com este tipo de ferramenta, principalmente pela questão financeira.
---	---

O Quadro 8 apresenta as respostas para a questão 8.

Quadro 8 - Em sua opinião, a utilização de livros paradidáticos auxilia o ensino interdisciplinar?

() Sim

() Não

Justifique.

P1	P2
Sim. Os livros paradidáticos acrescentam conhecimento, agregam novos olhares para situações que estão em eterno movimento dentro dos saberes escolares.	Sim. Por utilizar como pano de fundo um dado contexto histórico para reforçar o conteúdo trabalhado no currículo.

O Quadro 9 apresenta as respostas para a questão 9.

Quadro 9 - A competência leitora dos estudantes é levada em consideração em suas avaliações?

() Sim

() Não

P1	P2
Sim.	Sim.

O Quadro 10 apresenta as respostas para a questão 10.

Quadro 10 – Ao ministrar o conteúdo de História, você trabalha conceitos da história local?

() sim

() não

Justifique sua resposta:

P1	P2
Sim. Para o ensino de história fica evidente a necessidade de citar situações particulares da história local, no evidente momento que se transforma a vivência histórica dos indivíduos em conhecimento histórico, que envolve situações coletivas.	Poucas vezes, pois não temos material específico para a realização. No entanto, sempre procuro comentar alguns fatos históricos locais relacionados ao conteúdo da disciplina.

O Quadro 11 apresenta as respostas para a questão 11.

Quadro 11 – Você costuma trabalhar a interdisciplinaridade?

() sim

() não

Qual (is) Disciplina(s)?

P1	P2
Sim. Para o ensino de história passamos de forma legítima por várias disciplinas, como geografia, sociologia, filosofia, artes e português.	Sim. Dependendo do conteúdo e da série, existe a preocupação em trabalhar transdisciplinarmente com outros professores, tais como: Geografia, Ciências, Sociologia, Artes.

APÊNDICE G - Apresentação

Nasci em 1980, na cidade de Assis – Estado de São Paulo. Fui criado pelos meus pais, aos quais devoto grande admiração por todo esforço que tiveram para criar a mim, meu irmão e minha irmã.

Em 1986, iniciei meus estudos no Ensino Fundamental na EEPSG Professor Henrique Zollner Netto, onde conclui com 14 anos, em 1994, a 8ª série. Em 1995, fui transferido para a EEPSG Dona Carolina Francini Burali, para concluir meus estudos no Ensino Médio, até então denominado 2º grau. Paralelamente aos estudos, já exercia atividade remunerada no período noturno.

Uma vez admitido em empresa privada em período integral, transferei-me com 16 anos para o ensino noturno na mesma instituição onde permaneci até 1997. Retornei em 2005 para lecionar minha primeira aula, chegando a exercer em 2012 as atribuições de vice-diretor.

Em 1998, ingressei no 3º grau, no curso de Graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Câmpus Assis.

Após a conclusão da graduação, cursei, no ano de 2007, Gestão Empresarial em nível *lato sensu*, na Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA), visto que nesse período trabalhava na área de administração de empresas no período diurno e lecionava no período noturno.

Em 2008, na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), agora no Câmpus Marília, iniciei minha segunda graduação no curso de Pedagogia, contudo fui obrigado a transferir o respectivo curso para a Faculdade de Pinhais (FAPI), em virtude de ser admitido em concurso público para exercer a função de Professor de Educação Básica II, no estado de São Paulo.

Em 2014, participei do processo seletivo para ingressar no curso de Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN), pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR – Londrina), onde, tive o privilégio e a honra de iniciar meus estudos em março de 2015.

Como experiência docente, exerci a atividade de professor de História também de Geografia, Filosofia, Orientação de Estudos e Projeto Acadêmico em diferentes escolas e cidades.

Em 2005, atuei como professor eventual na cidade de Assis/SP, lecionando na EE Dona Carolina Francini Burali no período noturno.

Em 2008, na cidade de Suzano/SP, ingressei como professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo na unidade escola EE Prof. José Papaiz. No mesmo ano, por meio de transferência, trabalhei na EE Prof.^a Maria Evanilde Gomes, no distrito de Itororó do Paranapanema/SP.

Em 2009, fui contemplado com a remoção de cargo para a cidade de Mirante do Paranapanema/SP, tendo o prazer de lecionar na escola Prof. Shizuo Nishikawa por dois anos.

Em 2011, novamente meu cargo foi removido, agora para a cidade de Martinópolis/SP na EE Coronel João Gomes Martins. Nesse ano também lecionava na ETEC Pedro D'Arcádia Neto, na cidade de Assis/SP, onde permaneci até o final de 2012.

Em 2013, nova remoção, agora para Echaporã/SP na EE Maurício Milani, solicitei afastamento para exercer a atividade de Vice-Diretor na EE Prof.^a Cleophania Glavão da Silva, na cidade de Assis/SP. Ainda no mesmo ano com a mesma função retornei a EE Dona Carolina Francini Burali.

Em 2014, minha remoção finalmente foi para a cidade de Assis/SP na EE Dr. Clybas Pinto Ferraz.

Em 2016, por meio de processo seletivo, estou designado para a atividade de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP) da disciplina de História, na Diretoria de Ensino da Região de Assis com a função de formação dos professores da área.

APÊNDICE H - Produto Educacional